

ORGANIZADORES

Fernando da Silva Cardoso
Antonio Lopes de Almeida Neto

MANUAL PREPARATÓRIO PARA SELEÇÕES DE MESTRADO E DOUTORADO

um guia metodológico destinado
às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

UPE
UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

 **pimenta**
teatinho

ORGANIZADORES

Fernando da Silva Cardoso

Antonio Lopes de Almeida Neto

MANUAL PREPARATÓRIO PARA SELEÇÕES DE MESTRADO E DOUTORADO

um guia metodológico destinado
às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M294

Manual preparatório para seleções de mestrado e doutorado:
um guia metodológico destinado às Ciências Humanas
e Sociais Aplicadas / Organização Fernando da Silva
Cardoso, Antonio Lopes de Almeida Neto. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-859-1

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98591

1. Ciências Sociais e Aplicadas. 2. Metodologia da Pesquisa Científica. 3. Pós-graduação Stricto Sensu. 4. Doutorado. 5. Mestrado. 6. Universidade. I. Cardoso, Fernando da Silva (Org.). II. Almeida Neto, Antonio Lopes de (Org.). III. Título.

CDD: 607.001

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências Sociais e Aplicadas

II. Metodologia da Pesquisa Científica

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	Slobodan Dimitrov - wikimedia; BPawesome, cactusvstudio, disobeyart, Drazen Zigic, master1305plus, rawpixel.com - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Belarius Sans, Retro Team
Revisão	Jorge Ribeiro Neto
Organizadores	Fernando da Silva Cardoso Antonio Lopes de Almeida Neto

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabírcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginiski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

APRESENTAÇÃO

O *Manual preparatório para seleções de mestrado e doutorado: um guia metodológico destinado às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* é fruto do Programa de Apoio e Acompanhamento para Acesso à Pós-graduação *Stricto Sensu*, o "Pré-Pós Paulo Freire", da Universidade de Pernambuco (UPE), financiado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec). Por isso, iniciamos a apresentação agradecendo o apoio institucional a nós dedicado. Tal postura demonstra a importância e o compromisso das universidades públicas com o ensino, a pesquisa e, particularmente, a extensão no Brasil.

Outrossim, desejamos traçar uma pequena nota biográfica sobre o programa e o desenvolvimento do manual. Trata-se de uma história que não é de foro institucional, mas se dá, em parte, dentro dele. O que, em outras palavras, podemos traduzir como encontros alegres no dia a dia do ensino superior. Isto é, uma práxis que excede os espaços institucionalizados e, assim, torna-se importante para a nossa vivência. Nesse sentido, os encontros alegres permitem a mudança — para que as coisas sigam no fluxo de partilha —, a superação das zonas limítrofes e a permissão da sucessão de vazios nesses espaços.

No caso do espaço pedagógico, isso é imprescindível! Afinal, é recorrente notar lugares ocupados continuamente pelas cenas cotidianas da universidade. São encenações de sujeitos, práticas e teorias que permeiam um imaginário proprietário sem o qual seriam abertas possibilidades outras para que a sala aula — metáfora de todas as atividades acadêmicas — abandonasse a rarefação discursiva e se oxigenasse com a sucessão e a multiplicidade de gerações. Dessa forma, o nosso mote político-pedagógico se inscreve em abrir brechas entre os obstáculos institucionais da universidade para que

exista uma possibilidade maior de transformação democrática e radical da educação e do ensino superior.

Mas como corporificamos tal dimensão em nosso programa? A obra em questão não nasceu a partir de um evento acadêmico — como é de costume nas universidades — e muito menos da própria atividade extensionista. Ela é anterior aos formalismos institucionais e oriunda de inúmeros compromissos apaixonados entre docentes e discentes. Muitas pessoas que se dedicaram a escrever os capítulos foram alunos(as) de outra pessoa que também compõe a organização deste mesmo manual. Ou seja, uma afetação recíproca, em que foi dada uma oportunidade e, simultaneamente, ela foi correspondida.

Apesar de não conseguirmos abandonar as relações de poder, até mesmo no campo da educação, precisamos indicar que os encontros alegres aqui registrados por meio do manual não efetivam uma lógica de servidão. Diferentemente de muitas oligarquias universitárias ou grupos corporativistas, boa parte dos nossos autores e autoras está espalhada por diversas universidades — com suas atividades autônomas — e, mesmo assim, contam com a solidariedade dos(as) demais para projetos comuns no mundo acadêmico. Nessa linha, materializamos uma relação aberta e não excludente para o avanço nas pautas científicas.

Entretanto, houve a necessidade de sistematizar todas essas experiências para oferecer às pessoas que estão além do nosso contato direto táticas de pesquisa que, há muito tempo, têm sido exitosas nos processos seletivos para mestrados e doutorados. Em outros termos, contar para um público-alvo mais amplo que a entrada nesses espaços pedagógicos não exige traços de genialidade ou "*pedigree acadêmico*", mas a compreensão das estratégias que cada edital impõe. Tudo isso sem descartar a trajetória singular de cada candidato(a) durante a graduação ou especialização.

Além disso, e pensando no impacto social da nossa atividade extensionista, privilegiamos os grupos sociais mais vulneráveis e menos presentes historicamente no âmbito acadêmico brasileiro. Ou seja, abrimos preferência de vagas para formar: negros(as), afrodescendentes, indígenas ou quilombolas; pessoas LGBTQIAPN+; mães solo; camponeses/camponesas; advindo(a)s de famílias que vivem da agricultura familiar; egresso(a)s da Educação de Jovens e Adultos (EJA); apenados(as) em privação de liberdade; egresso(a)s do sistema prisional e socioeducativo; e estudantes de universidades públicas.

A nossa perspectiva reside em não ratificar os tipos geniais, tão narcisicamente consumidos no ensino superior. Diz respeito a abrir as redes de acontecimentos ou encontros no âmbito acadêmico para oportunizar pessoas que, mesmo não tendo o trajeto escolar clássico/erudito, podem alcançar certos debates com maestria e demonstrar as suas competências. Ou melhor: podem transformar e produzir o diferente em um lócus universitário que, há décadas, vem tão saturado com os mesmos corpos e formas de comunicabilidade.

Dito isso, passaremos à explicação estrutural do nosso livro. Em vez de publicar mais um manual de metodologia da pesquisa científica para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, buscamos estabelecer uma agenda de leitura aliada às nossas discussões e com acesso à gravação das nossas aulas. Assim, o que se dispõe é um material multimídia aberto e gratuito para todas as pessoas que queiram se organizar para o ingresso nos mestrados e doutorados do Brasil. Ao longo desses anos, deparamos com algumas perguntas recorrentes sobre o processo seletivo e, a partir disso, organizamos os nossos capítulos com base nas seguintes questões:

1. O que é a ciência?
2. Onde e o que cursar?
3. Sobre o que vou escrever?

4. Como devo escrever?
5. Como entender a ABNT?
6. O que devo inserir no meu projeto?
7. Como construir um objeto e uma metodologia diante da técnica de coleta de dados documental?
8. Como construir um objeto e uma metodologia diante das imagens e da análise de conteúdo?
9. Como construir um objeto e uma metodologia diante da técnica de coleta de dados por meio da entrevista e análise do discurso?
10. Minha proposta segue um padrão ético de pesquisa científica?
11. E se eu não conseguir escrever?
12. Preciso de um bom currículo?
13. O que são políticas afirmativas na pós-graduação?
14. Quais são as outras etapas de um processo seletivo?

Trata-se de indagações importantes para a reflexão acadêmica, mesmo após o ingresso em um programa de pós-graduação. De tal modo, imprimem inúmeras respostas, mas, como destacado, elaboramos os textos e as aulas baseados nas curiosidades e questões mais comuns e presentes ao longo das seleções de mestrado e doutorado ou na experiência compartilhada de cada parceiro e parceira que nos auxiliou com as videoaulas, os materiais didáticos e as orientações no Pré-Pós Paulo Freire.

Em resumo, queremos afirmar o nosso compromisso com a universidade pública e agradecer a todos os colaboradores e colaboradoras que se fizeram presentes e atuantes nessa luta. Este

manual não é o resultado de uma estratégia acadêmica para aumentar as nossas produções no Currículo Lattes, mas um sinal de que a universidade pública precisa ponderar inúmeras disputas (éticas e políticas) para efetivar a sua democratização e abandonar os seus cânones elitistas. Ou melhor: de que a institucionalização pedagógica precisa ser diluída pela dimensão alegre, inclusiva e corpórea que tomamos como atravessamentos éticos do nosso trabalho.

Arcoverde, 13 de julho de 2023.

Antonio Lopes de Almeida Neto

Fernando da Silva Cardoso



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

O que é a ciência?

A pesquisa no contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 16

CAPÍTULO 2

Fernando da Silva Cardoso

Onde e o que cursar?

Comentários sobre os programas de pós-graduação,
linhas de pesquisa e orientadores(as).....26

CAPÍTULO 3

Antonio Lopes de Almeida Neto

Sobre o que vou escrever?

A seleção do tema e a revisão de literatura35

CAPÍTULO 4

Roberta Rayza Silva de Mendonça

Como devo escrever?

Técnicas de escrita de acordo com o contexto acadêmico43

CAPÍTULO 5

Antonio Lopes de Almeida Neto

Documentos para a pesquisa

científica – NBR's ABNT53

CAPÍTULO 6

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Natália de Oliveira Melo

O que devo inserir no meu projeto?

Tópicos comuns ao projeto de pesquisa

em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas..... 62

CAPÍTULO 7

Alex Bruno Feitoza Magalhães

Como construir um objeto

e uma metodologia diante da técnica

de coleta de dados documental? 72

CAPÍTULO 8

Ilzy Gabrielle Soares da Silva

Como construir um objeto

e uma metodologia diante

das imagens e da análise de conteúdo? 82

CAPÍTULO 9

Lucas Leon Vieira de Serpa Brandão

Como construir um objeto

e uma metodologia diante da técnica

de coleta de dados por meio

da entrevista e da análise do discurso? 88

CAPÍTULO 10

Rita di Cássia de Oliveira Angelo

Minha proposta segue um padrão

ético de pesquisa científica?

Discussões sobre a submissão de uma investigação

em um Comitê de Ética em Pesquisa 96

CAPÍTULO 11

Luís Massilon da Silva Filho

E se eu não conseguir escrever?

Discussões sobre o bloqueio de escrita..... 105

CAPÍTULO 12

Maria Rita Barbosa Piancó Pavão

Preciso de um bom currículo?

Conversa sobre a organização
e comprovação do Currículo Lattes..... 115

CAPÍTULO 13

Maria Luiza Rodrigues Dantas

**O que são políticas afirmativas
na pós-graduação?**

Requisitos e organização documental..... 124

CAPÍTULO 14

Fernando da Silva Cardoso

**Quais são as outras etapas
de um processo seletivo?**

Diálogos sobre prova escrita, arguição/entrevista,
proficiência e postura em um certame..... 131

Sobre os organizadores 140

Sobre os autores e as autoras..... 141

Índice remissivo..... 145





1

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

O QUE É A CIÊNCIA?

**A PESQUISA NO CONTEXTO
DAS CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS APLICADAS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.1

INDICAÇÕES DE LEITURAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. Tradução de Cristiana Patriota de Moura. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2016. DOI 10.1590/S0102-69922016000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BENEVIDES, Pablo Severiano. Psicologia, diferença e epistemologia: percorrendo os (des)caminhos de uma constituição paradoxal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.19, n. 3, p. 422-479, dez. 2013. DOI 10.5752/P1678-9563.2013v19n3p462. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682013000300009. Acesso em: 12 fev. 2023.

PEREIRA, Diogo Fagundes *et al.* O pensamento decolonial na psicologia brasileira. **Conhecimento e diversidade**, Niterói, v. 14, n. 32, p. 181-193, jan./abr. 2022. DOI 10.18316/rcd.v14i32.9416. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/9416. Acesso em: 12 fev. 2013.

SILVA, Márcia Alves da; ROSA, Graziella Rinaldi da (org.). **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/dgenerus/files/2019/09/Ebook_Marcia_Graziela_.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

INDICAÇÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre o método. Tradução Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus — Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, n. 8, p. 331-338, jun 2014. DOI 10.18569/tempus.v8i2.1530. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1530>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PLATÃO. **Teeteto**. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Desde o surgimento da Antiguidade Clássica, quando a filosofia surgiu na Grécia antiga, uma das principais preocupações humanas era com a forma de conhecer e com o que se podia conhecer. O ambiente reflexivo iniciado com a sistematização do pensamento humano, dos temas e conteúdos que se apresentavam e representavam forte impacto — de grande importância para os antigos — demonstrou que houve e há grande interesse por uma área do pensamento humano que conduz a pensar sobre o conhecimento, que conduzirá ao entendimento da verdade. Assim a epistemologia surge como estudo de um conhecimento verdadeiro, contrário à opinião (doxa).

O ponto inicial para esse estudo da epistemologia clássica é a visão antagônica entre a verdade e a opinião, entre o universal e o temporal. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a epistemologia clássica, como nos traz Platão no *Teeteto*, é uma forma de buscar o conhecimento verdadeiro, racional, em que se garante a evidência ou justificação da razão. Durante muito tempo, o pensamento emitido fora do padrão de uma evidência analisada universalmente, que levaria necessariamente a uma verdade comum, seria a única forma de encontrar o conhecimento aceitável e a única forma válida de verdade reconhecida no pensamento filosófico.

Assim, o pensamento racional que tanto preza pela verdade universal se afastou do senso comum, dos mitos, das crenças e de todas as formas do pensar humano que, de alguma forma, não passasse pelo rigoroso critério da justificação racional. A verdade que se evidencia parecia inacessível aos que não comungassem do padrão grego de pensar. O curioso nessa perspectiva é que essa verdade universal, que não se deixa contaminar pela opinião ou qualquer outro pensamento considerado menor, demonstrava dificuldades de estabelecer o que era importante para o pensar, quais as possibilidades de conhecer verdadeiramente. Sendo assim, na filosofia clássica, a ontologia, a ética e a lógica se mesclam com a epistemologia em um emaranhado de questões interconexas. O que parecia ser uma certeza do encontro de verdades universais puras deixa em seu rastro de reflexão um mar de incertezas.

O modo grego de pensar norteou toda a formação do Ocidente e o rigor epistemológico teve de ceder, ao longo do tempo, a uma série de teorias do conhecimento que buscavam um caminho para o encontro dessas verdades incontestes. Mesmo quando as ciências da natureza se apartam da filosofia, é o percurso da filosofia clássica que moldou os caminhos traçados para as pesquisas e norteou os métodos escolhidos para que as discussões e caminhos sejam validados. O método, nesse contexto, nasce não como uma ruptura do modo epistemológico grego, mas como sua reafirmação, dentro de um traçar mais rígido e criterioso. A ciência nascente luta com as suas limitações e busca conhecer o mundo, mas não tem dificuldade em estabelecer uma reflexão sobre a seguinte questão: "que tipo de mundo se pode conhecer?"

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Hodiernamente, quando falamos de epistemologia de forma clássica, remetemo-nos a uma forma de saber relacionada a teorias do conhecimento. Tais teorias se preocupam em estudar em que condições e possibilidades o pensamento ocorre e em que graus e níveis de conhecimento ele opera, relacionando-o a abordagens teóricas consagradas. O conhecimento clássico é voltado para a ideia de que todo conhecimento é racional e, a partir dessa racionalidade, o homem compreende e explica o mundo que o cerca.

Ora, a cultura científica visa encontrar formas de solucionar problemas, além de estabelecer um passo a passo verificável e comprovável para encontrar as suas verdades. O saber da ciência é o saber desejado como confiável. É como se ele tivesse um selo de confiabilidade e segurança. Entretanto se faz necessário reconhecer que, embora se conheçam métodos e se estabeleçam caminhos para a condução da pesquisa, eles são passíveis de críticas e se prestam, no máximo, ao estabelecimento de verdades parciais, verdadeiras sob determinadas condições. A investigação metodológica clássica visa estudar a natureza e compreender quais são os seus componentes. Porém a visão ocidental tem limitações sobre o que se entende por natureza e, mais ainda, como conhecê-la.

Reconhecer essas limitações é uma necessidade na discussão de nossos limites epistêmicos e poder partir para a construção de um novo modelo de pensar. O modo como se faz ciência e se conduz uma reflexão forma as culturas científicas, que tendem a durar muito tempo, sendo muito difícil romper as barreiras e limites decorrentes dessas culturas. A partir do momento que um modelo epistêmico se consagra, ele tende a se tornar hegemônico, rechaçando outras possibilidades e percursos sobre o saber. Assim foi com o modelo grego, que ainda hoje impõe a sua força. Formas de conhecer como a observação e a experimentação se consagraram

como únicas possibilidades do conhecimento a ser gerado e autores reconhecidamente científicos ou filosóficos se tornaram cânones do saber absoluto, banindo-se outras possibilidades de saber não consagradas academicamente.

Os limites, contudo, impõem-se sobre essa forma autoritária de conhecer, e a reflexão humana não conhece os limites impostos pela filosofia clássica e pela ciência. Os horizontes discursivos não são fechados, enquanto os da epistemologia clássica passam agora a pensar sobre ela mesma, estabelecendo duas formas de abordagem: a que cria o caminho para o que se quer conhecer e a que critica os caminhos traçados. Podemos verificar, dessa forma, que a primeira abordagem cria os métodos a serem aplicados na ciência e na filosofia, e a outra critica os métodos propostos, verificando seus limites e fornecendo a possibilidade de se expandirem, desmembrarem-se e surgirem novas propostas metodológicas.

É importante ressaltar que todos os caminhos metodológicos até então propostos vão se apoiar em referenciais teóricos previamente constituídos. Embora se reconheça a necessidade de se estabelecer críticas ao modelo epistêmico prevalente, os que ousaram criticar a tradição são malvistas e incompreendidos. Assim foi com Nietzsche, com sua genealogia inovando a forma de se compreender “como” e “a partir de quando” o problema começou, em franca ruptura com a tradição, abrindo caminho para que novas formas epistêmicas, insurgentes e disruptivas, pudessem ser pensadas, criadas e usadas, iniciando uma nova fase do processo de conhecimento.

Aliando-se a essas novas possibilidades sobre o conhecer, a semiótica apresenta a possibilidade de criar novos conceitos, gerando um novo léxico, uma nova proposta semântica ilimitada, muitas vezes rompendo com cânones consagrados na tradição. As ciências categoriais, que visam o estudo da natureza, mais voltadas para a tradição, passam a coexistir com as ciências da singularidade, que traduzem preocupações e reflexões mais subjetivas, mas não menos

importantes ou científicas. É nesse contexto que as epistemologias históricas se apresentam e removem os critérios clássicos de cientificidade, expandindo a fronteira entre as diversas formas do pensar. Assim, o que antes não era classificado como ciência passa agora a se imbricar, ampliando-se as possibilidades do saber científico e abrindo novas perspectivas para o pesquisador traçar a sua pesquisa sem apoio canônico prévio, criando o próprio referencial, na medida em que impacta e é impactado pela pesquisa.

Abre-se, ainda, a possibilidade de interfaces entre as diversas formas e áreas do conhecimento, de modo que as fronteiras das ciências, da filosofia, das artes e da literatura possam se fundir, dialogar e estabelecer zonas de contato e imbricações que podem gerar uma infinidade de possibilidades jamais previstas nas epistemologias clássicas. As impressões subjetivas e singulares do pesquisador se mesclam com as do objeto pesquisado e novas possibilidades surgem quando essa zona fronteira entre sujeito e objeto deixa de existir. Novas hermenêuticas surgem desse processo, que agora se assemelha a uma série de encontros/reencontros/desencontros em uma gama de produção de novos saberes.

O espaço da verdade universal e da segurança por ela conduzida como se fosse uma virtude é confrontado por zonas de imprecisão e de questionamento sobre essa validade sacra. Há uma ressignificação do senso comum, da doxa, como opinião e crença, como saber subjetivo, como impressões imprecisas. Não estamos defendendo a ideia de que as epistemologias históricas, mais críticas, subjetivas e insurgentes são os novos cânones e que servem para todos as formas de pesquisa. Há e deve haver espaço para as epistemologias clássicas, mas esse não pode e não deve ser o único espaço do pensar epistêmico, impedindo-se a criação de novos percursos do saber. Essas amarras da tradição clássica, principalmente quando importam das ciências da natureza para as ciências humanas as suas teorias epistêmicas e seus métodos, cristalizam o processo do conhecimento da tradição ocidental e dificultam outras formas de pensar.

O conhecimento e sua produção se traduzem em reflexões diversas e ações no mundo comum, produzindo novas formas de conhecimento. Assim, ressignificamos sentidos, certezas e significações nos reinventando, em um eterno devir com um conhecimento que se volta contra si mesmo, dobra-se, cola-se e desloca-se do eixo de partida, construindo uma teia de rizomas. Essa nova forma de conhecer visa ir além do partilhar. Deseja compartilhar e repensar as suas certezas primeiras, buscar sua arqueologia. Aparece como novas ações sistematizadas e partilhadas no mundo comum em que ganham sentido.

Agora o “saber como” e o “saber fazer” não são tão rígidos, mas continuamente repensados por novas partilhas. O que antes era considerado menor ganha uma nova valoração nas ciências humanas. Quando a verdade universal e absoluta deixa de ser a meta epistêmica, o poder de acesso ao caminho do conhecimento, que poucos têm, passa a ser democratizado. Sabemos hoje que os deuses da academia da tradição devem partilhar os seus saberes com aqueles que desejam ter contato com o conhecimento. Com isso, os laços entre os tipos de conhecimento e as formas de conhecer se estreitam, e não se escolhe mais a reflexão filosófica como única forma de condução ao saber.

Falar de epistemologia atualmente depende de muitos saberes, histórias e lugares. Não é mais possível conceituá-la como um mero discurso sobre as ciências, um estudo sobre o saber racional clássico. Há os que defendem que estamos em busca de uma metaepistemologia, que funde todas as teorias. Contudo nos parece que estamos defendendo não uma fusão, mas um espaço epistemológico em que haja uma democratização dos saberes. Como diz Boaventura, estamos em busca de uma ecologia dos saberes, em que norte e sul tenham a devida importância reconhecida e que todos os saberes entrem em contato com várias possibilidades de contato com o conhecimento a ser partilhado em um mundo comum que se comunica e se compreende, mas não se massifica.



Nessa dimensão mais inclusiva, as questões de gênero e de raça, por exemplo, ganham uma narrativa própria, fazendo a sua própria episteme. Saberes ancestrais, diaspóricos e locais dos vencidos e oprimidos dividem as atenções com os saberes clássicos e consagrados. Não há mais um calar dessas narrativas e uma impossibilidade de se discutir metodologicamente questões e perspectivas fora do eixo da tradição branca e europeia. As vozes que se calam ao longo da construção dos métodos e cânones que formaram a tradição buscaram encontrar seu espaço, mesmo que tenham encontrado e ainda encontrem uma infinidade de barreiras para serem validados. O impossível do passado se abre como perspectiva no presente e deixa-nos uma promessa para um futuro mais inclusivo e plural.

Pluralidade é a palavra de ordem em um ambiente de pesquisa em ciência humanas e sociais, principalmente. Os epistemicídios do passado já não devem ocorrer no presente, em que o apagamento de métodos, narrativas e experiências foram naturalizados e normalizados. A luta por um ambiente acadêmico mais inclusivo não ocorre como dádiva, mas como conquista daqueles que nunca aceitaram um silenciamento. Precisamos fomentar um ambiente universitário edificante, em que reagimos contra os que ousam tentar nos silenciar, e que os aforismos, as paródias e a poética caminhem lado a lado com a linguagem formal das universidades. Partindo de uma crítica agambariana, questionamo-nos sobre quem teria autoridade para dizer que tipo de pesquisa (ou pensador) não pode ser feita.

Um ambiente de pesquisa edificante é um ambiente de diálogo, das hermenêuticas, do senso comum, em que os espaços são democratizados. Na epistemologia edificante não existem sistemas, pois o pensamento humano nunca se encerra. Não pode ser limitado a saberes estruturais, mas sempre segue uma trilha não linear, muitas vezes agonal, em que se pensa, repensa, dobra-se e reinventa-se.

Negros, povos originários, diaspóricos, decoloniais, feministas têm espaço nessa forma de pensar sobre a produção acadêmica e sobre novos desdobramentos metodológicos/epistêmicos para a construção de uma academia decente.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/6gW6jTJLOU>





2

Fernando da Silva Cardoso

ONDE E O QUE CURSAR?

COMENTÁRIOS SOBRE OS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO, LINHAS
DE PESQUISA E ORIENTADORES(AS)

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98591.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98591.2)

INDICAÇÕES DE LEITURAS

CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 20, p. 163-187, mar. 2015. DOI 10.590/S1414-40772015000500011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8CnjZmYsCs7xkrWKn7vj9Nd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2023.

GATTI, Bernardete Angelina. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 108-116, set./dez. 2001. DOI 10.1590/S1413-24782001000300010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VNxVvMMhkF85GQntx3s3P6k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, ago. 2003. DOI 10.1590/S0101-73302003000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pXxfjdHPRrpRbZvCHKLfsp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2023.

VIANA, Cleide Maria. A relação orientador-orientando na pós-graduação *stricto sensu*. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 26, p. 93-110, ago. 2008. DOI 10.26512/lc.v14i26.3430. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3430>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A procura por um programa de pós-graduação *stricto sensu* materializa, geralmente, o desejo cultivado durante a graduação, especialização *lato sensu* ou atividade profissional quanto à vivência da pesquisa. Reflita, no entanto, que a aproximação com o espaço acadêmico e o curso que favorecerão o aprofundamento da sua formação enquanto pesquisador(a) não deve ser motivado apenas pelo pretensão prestígio que o mestrado, doutorado ou orientador(a) trará.

O alerta é importante, pois a escolha de um PPG, por si só, não define o sucesso dessa etapa formativa. Perceber que existem outros aspectos certamente mais importantes na dinâmica de eleição mencionada é fundamental para que você possa significar afetiva e academicamente o seu lugar na universidade. A importância e o impacto do programa na região em que você reside, a proposta curricular e as ações de pesquisa e extensão que os(as) docentes desenvolvem, por exemplo, agregam mais possibilidades aos seus anseios com a formação *stricto sensu* que a nota do curso, o currículo do(a) eventual orientador(a) ou o fato de ser oferecido por uma instituição considerada “tradicional” ou localizada nos centros urbanos, tão somente.

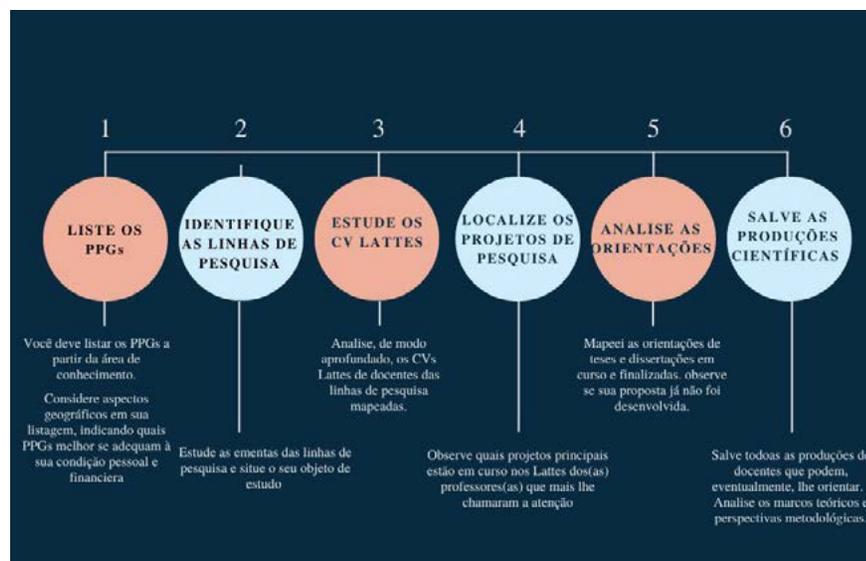
Assim, proporei neste texto alguns passos que podem contribuir para que você não eleja uma pós-graduação ou um(a) orientador(a) apenas com base em elementos que refletem mais o narcisismo de ingressar em dado curso ou ser vinculado(a) a certo(a) professor(a). Afinal, com o passar do tempo, são condições que se transformam em frustrações e adoecimento diante de expectativas não alcançadas.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Os objetivos diante da procura por um mestrado ou doutorado precisam considerar as suas potencialidades e como elas podem ser expandidas diante do seu envolvimento com a proposta formativa e as atividades que são a marca do curso almejado. Acredite: a formação para a pesquisa é um movimento que se dá, principalmente, a partir de atitudes que você está disposto(a) a mobilizar no diálogo com a proposta curricular do PPG e, principalmente, com os trabalhos coordenados pelo(a) orientador(a).

Todo o cuidado deve ser tomado, igualmente, quando se trata das possíveis projeções não apenas com relação ao curso e à instituição, mas também aos(às) eventuais orientadores(as). É um grande erro considerar que o percurso e o sucesso de uma pessoa lhe serão transferidos por osmose. A pergunta “onde e o que cursar?”, no entanto, pode ser refletida a partir de alguns pontos centrais:

Figura 1 – Fluxograma sobre as etapas de busca de um programa de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil



Fonte: dados produzidos pelo autor.

Este passo a passo pode contribuir para que você pondere, de modo amplo, sobre aspectos que qualificarão o processo de escolha e permitirão avaliar diferentes variáveis. Vejamos, então, as especificidades de cada um.

*Passo 1: Liste os programas de pós-graduação
 por área do conhecimento*

Um dos principais equívocos nos processos de seleção *stricto sensu* é o fato de candidatos(as) apresentarem propostas de pesquisa que pouco dialogam com os objetivos do PPG e os projetos de investigação que o estruturam. Isso se deve ao fato de, com frequência, as pessoas não examinarem ou obterem informações precisas quanto às especificidades formativas oferecidas. Atenção: as chamadas, sobretudo em redes sociais e *sites*, por si só não suprem a importância de se estudar a fundo o PPG.

Assim, você deve considerar, nesta etapa, os seguintes aspectos para o mapeamento do curso pretendido: a área e subárea do conhecimento em que está situado; em se tratando de um PPG interdisciplinar, a qual colégio da Capes está vinculado. Atente que os mestrados e doutorados oferecidos no Brasil seguem grandes áreas e subáreas estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e que os cursos interdisciplinares agregam uma mescla de campos do saber que precisam ser apreendidos quando da apresentação de sua candidatura.

Em linhas gerais, o seu maior desafio, nesse primeiro momento, é reunir informações que ampliem o olhar para quais as características formativas prevalentes em cada área na qual estão localizados os programas. Sugiro que procure construir uma escala de proximidade, considerando a afinidade de cada PPG mapeado com o seu trajeto pessoal, profissional e, sobretudo, formativo.

Esse primeiro passo deve ser concluído a partir da consideração de questões de ordem financeira e pessoal, a saber: precisarei me mudar para a cidade na qual é ofertado o curso? No caso de exercer atividade profissional, como conciliarei as atividades? Apenas no caso de ser contemplado(a) com bolsa de pesquisa terei condições de realizar a formação? Percebaque a intenção reside em agregar a

escala anterior a esses aspectos, buscando conciliá-la, agora, com elementos de ordem financeira e pessoal.

Passo 2: Identifique as linhas de pesquisa

Mapeados os PPGs conforme o passo anterior, é preciso individualizar e estudar a ementa das linhas de pesquisa. Este momento do processo de eleição permitirá que você compreenda, por exemplo, que o fato de ter localizado vários programas na área da Educação não significa que todos estejam organizados a partir dos mesmos temas e, por sua vez, linhas e projetos de pesquisa. Atente para o fato de que são os assuntos presentes na ementa da linha de pesquisa que definirão se a sua proposta de pesquisa tem ou não aderência do PPG. Isso será igualmente decisivo para que saiba se, eventualmente, um mesmo plano de pesquisa pode ser submetido simultaneamente a diferentes processos seletivos.

O estudo das linhas de pesquisa é fundamental para os contornos do projeto de pesquisa. Considere que os assuntos abordados em sua proposta devem ter harmonia e tangenciar os interesses elencados enquanto escopo da linha de investigação e, particularmente, os(as) docentes agregados a ela, elemento que trabalharemos no passo a seguir.

Passo 3: Separe os Currículos Lattes de eventuais orientadores(as)

O estudo dos Currículos Lattes das pessoas que compõem o PPG e a linha de pesquisa pretendida é o passo, diria eu, mais importante para que o seu projeto tenha os elementos mínimos a fim de despertar interesse em uma seleção dessa natureza. Atenção: somente a partir desse passo você deve começar a ponderar os contornos da sua proposta, ou seja, não defina o objeto de estudo sem antes atestar que existe alguma proximidade com os trabalhos individuais de algum(a) docente que porventura pretenda ter como futuro(a) orientador(a).

Entenda que, neste terceiro passo, a intenção está em, desde a linha de pesquisa mapeada, individualizar as pessoas para quem o plano de pesquisa será direcionado e então conhecer os trajetos individuais de investigação e como você pode agregá-los a pesquisas por elas desenvolvidas. Lembre-se sempre: o seu projeto de pesquisa precisa estar vinculado a uma investigação-tronco do(a) orientador(a) pretendido. Não construa uma proposta que releve apenas os seus anseios individuais. Isso certamente não garantirá aderência ao PPG e à linha pleiteados, o que é essencial para o êxito na seleção.

Passo 4: Identifique os projetos de pesquisa de eventuais orientadores(as) em curso

A partir desse momento, reunidas as informações basilares que lhe permitirão conhecer mais sobre os(as) docentes aos quais pretende direcionar a sua proposta de pesquisa, é preciso que seja ponderado, detalhadamente, se o escopo de investigação mantém relação com os projetos que o(a) orientador(a) pretendido(a) tem desenvolvido. Assim, a partir dos Currículos Lattes, liste os projetos com *status* atual, cruze a informação com aquelas disponíveis no *site* do programa — geralmente presentes em abas nomeadas como “projetos de pesquisa” — e pesquise se, eventualmente, a página da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição à qual está vinculado o curso dispõe de maiores informações sobre o detalhamento do projeto em si.

Não esqueça que a proposta de pesquisa que você submeterá à chamada de programas *stricto sensu* deve ser, no fundo, a intenção de desdobramento de algum tema relacionado ao conjunto de investigações mais amplo coordenado pelo(a) docente que, em cada seleção, oferece vagas de orientação. Portanto, conceba a sua candidatura como um plano individual que, ao final de sua formação, proporcionará resultados que contribuirão para os trabalhos mais amplos capitaneados pelo(a) orientador(a). Os(as) docentes

necessitam ter aderência temática e relação com a proposta para que, dessa forma, possam contribuir teórica e metodologicamente com a sua formação e pesquisa.

Passo 5: Analise as orientações de teses e dissertações

O passo anterior lhe permitirá, como disse, perceber ao certo como a sua proposta agrega a uma pesquisa mais ampla que está sendo desenvolvida pela pessoa que você pretende ter como orientador(a). No entanto, é importante não perder de vista que outras pessoas tenham, em momentos anteriores, apresentado propostas de investigação similares ou até mesmo iguais à que você tem em mente. Por isso, neste quinto passo, sugiro que liste e analise os trabalhos de dissertação e tese que o(a) orientador(a) pretendido(a) está acompanhando atualmente ou já tenha supervisionado.

Lembre-se que para as pesquisas já defendidas temos o recurso do Banco de Teses e Dissertações da Capes e o repositório institucional da universidade que oferece o curso, os quais lhe permitirão fazer o *download* dos textos ou ler os resumos (para aqueles que não tenham feito a disponibilização integral da pesquisa). Por outro lado, quando se tratar de pesquisas em curso, recomendo que verifique o título e o Currículo Lattes do(a) pós-graduando(a), assim poderá saber de publicações recentes e outros trabalhos que tenha realizado acerca da pesquisa. Tais artifícios são essenciais para que perceba o grau de ineditismo de sua proposta diante da agenda do(a) eventual orientador(a).

Passo 6: Liste as produções afins ao seu objeto de estudo

O último passo que sugiro refere-se a conhecer o que vem sendo produzido pelo(a) pesquisador(a) que pode vir a orientá-lo(a). De tal modo, recomendo que construa uma listagem de trabalhos recentes publicados e que sejam afins ao campo e ao objeto de estudo que almeja relacionar em sua candidatura.

O levantamento indicado tem dois focos centrais: primeiro, para que se inteire acerca dos marcos teóricos e epistêmicos que têm sido mobilizados pelo(a) orientador(a) pretendido em suas produções [lembre-se que é comum, na pós-graduação, o aprofundamento de dado campo teórico e a afiliação a autores(as) específicos(as), assim como a bases epistêmicas]; e, em segundo plano, para que demarque quais as perspectivas metodológicas recorrentes nos estudos [do mesmo modo que pesquisadores(as) costumam empregar trajetos metodológicos específicos no seu cotidiano de investigação, é usual e também esperado que orientandos(as) os utilizem de algum modo].

Considere que a dinâmica indicada neste passo está longe de significar em citação aleatória, sem critério e bajuladora dos(as) docentes em seu projeto. Muito cuidado, pois isso soa até negativamente no processo de avaliação das propostas. Saliento que se trata de procurar conhecer os marcos teóricos, epistêmicos e metodológicos como forma de demonstrar, ao longo do texto, que você detém algum nível de conhecimento sobre eles, assim como sua intenção de pesquisa é aderente aos marcos do trabalho por ele(a) coordenado.

De modo amplo, os passos que apresento são uma espécie de comando que, em maior ou menor medida, será reorientado. Entretanto, de certa maneira, oferece elementos mínimos para que você possa, no momento de pensar e organizar a sua candidatura para concorrer a uma pós-graduação *stricto sensu*, ter maior competitividade, segurança e confiança em si e nos contornos de seu plano de pesquisa.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/wWSBZYgJFmA>





3

Antonio Lopes de Almeida Neto

SOBRE O QUE VOU ESCREVER?

A SELEÇÃO DO TEMA
E A REVISÃO DE LITERATURA

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98591.3](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98591.3)

INDICAÇÕES DE LEITURA

FREIRE, Paulo. Não há docência sem discência. *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulos: Paz e Terra, 1996. p. 11-26.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007. DOI 10.1590/S1414-49802007000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2020.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. O objeto da pesquisa e a pesquisa preliminar. *In*: SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Pequeno manual de metodologia da pesquisa jurídica** – ou roteiro de pesquisa para estudantes de direito. Belo Horizonte: Instituto Pazes, 2021. p. 36-70.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Entre aqueles e aquelas que estão dando os primeiros passos na pesquisa científica, existe a percepção de que uma *boa ideia* necessariamente implica em um *bom tema* de pesquisa. Contudo, a concretização de um recorte adequado exige muito mais do que o *insight*, a curiosidade ingênua ou uma conversa esclarecedora dentro da universidade. Tanto os projetos de pesquisa quanto os produtos bibliográficos — artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorados, etc. — são compostos de seções convencionais que estão conectadas holisticamente à temática. Logo, necessita-se de um alavancamento, por parte do(a) pesquisador(a), para transformar a *boa ideia* em um *bom tema*.

Apesar da produtividade imaterial do(a) investigador(a), o ato de elaborar o desenho teórico-metodológico da sua pesquisa demanda a mesma delicadeza e trabalho duro de uma obra

artesanal. Não podemos visualizar, mentalmente, uma parte do projeto sem pensarmos nas demais. Por mais que não se escrevam todas as seções de uma vez, existe um vínculo em forma de rede ou constelação inerente ao plano de trabalho que, ignorado, pode causar lacunas ou uma incoerência teórico-metodológica.

Daí a necessidade de refletirmos sobre alguns procedimentos para avaliar se a nossa *boa ideia* é tangível dentro da universidade, mais especificamente, nos programa de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. O objetivo do capítulo em questão não é criar um passo a passo infalível e universal para todas as pesquisas e o lócus de investigação, mas repassar dicas e cuidados, em termos de recorte temático, antes de escrever um projeto de pesquisa ou submetê-lo a um edital ou uma instituição de ensino superior.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Num primeiro plano, considero que precisamos ter uma atitude negativa em relação à prática científica, isto é, o que não se atribui ou contribui para o papel do(a) pesquisador(a). A primeira dimensão a ser destacada é o tempo da pesquisa. Fazer uma pesquisa exige a administração de um período de meses ou anos com dedicação, análise e pensamento profundo. Dessa forma, a qualidade do manuscrito a ser produzido, ou de seu projeto, não pode se curvar à pressa da “recuperação de tempo perdido” ou da impaciência.

A ponte entre o tempo e a ciência é imprescindível para o desdobramento da investigação, posto que a alta e célere produtividade é, hoje, um imperativo. Não obstante, precisamos (re)afirmar as temporalidades múltiplas de cada percurso investigativo e das pessoas envolvidas no empreendimento científico. Portanto, é aconselhável que haja o ajuste do cotidiano, do espaço de convivência

pessoal e do planejamento de metas para agregar à sua vida um mestrado ou doutorado sem colocá-los em segundo plano.

Para mais, a dimensão temporal da pesquisa se expande para outras questões. De modo intrínseco ao plano de trabalho ou à proposta de pesquisa, podemos situar o cálculo de semanas e meses para a busca, coleta e análise dos dados da pesquisa, seja ela estritamente bibliográfica ou se estenda aos dados de natureza distinta — como a pesquisa documental Quanto mais robusto for o trabalho, mais tempo será exigido. Nesse sentido, o projeto de uma dissertação de mestrado precisa ter uma ambição compatível com os dois anos de duração, levando em conta as possíveis emergências — de foro íntimo ou institucional —, além das obrigações do cumprimento de créditos e outras atividades obrigatórias pelas normas do programa.

Além disso, o tempo para realização de uma investigação científica encontra menos obstáculos quando o(a) pesquisador(a) já vivenciou ou vivencia o seu objeto de pesquisa. Com isso, queremos dizer que a escolha do campo de estudo, o recorte do tema, a produção da pergunta de pesquisa, a eleição dos objetivos específicos e dos procedimentos metodológicos serão bem mais fundamentados e articulados quando se tem conhecimento prévio sobre o objeto. Inclusive, boa parte das propostas é, em nível de mestrado e doutorado, a continuidade de pesquisas anteriores.

Se você nunca fez uma pesquisa científica de excelência ou está há muito tempo afastado do universo acadêmico, precisamos fazer algumas considerações visando um bom início temático. Primeiro, o(a) pesquisador(a) precisa reconhecer a sua ignorância diante de um assunto e mover-se para saná-la, mesmo que retorne ao básico. Se você não consegue mapear, mentalmente ou em suas anotações de estudo, as principais discussões, divergências e aporias de um tema, então busque um bom manual — se houver — ou faça uma boa revisão de literatura.

Os manuais não devem ser citados no projeto ou na investigação executada, tendo em vista que sua finalidade é introduzir alguém ao debate de modo didático. A pesquisa a ser feita representa, por outro lado, o aprofundamento analítico de outras bibliografias, dados ou acontecimentos que estejam no horizonte da comunidade acadêmica. Dessa forma, retornar aos manuais é aderir a um ponto de partida para selecionar as leituras “canônicas” do campo de estudo pretendido a fim de compor o seu trajeto científico.

Outro instrumento indispensável, mesmo que tenha um bom manual à disposição, é a revisão de literatura. A pesquisa bibliográfica é constantemente confundida com revisão de literatura ou revisão bibliográfica. A última é pré-requisito da primeira. Isto é, a revisão de literatura é um problema ou uma necessidade que obriga a fazer a pesquisa bibliográfica. Portanto, cronologicamente, fazemos uma revisão de literatura para o projeto e, depois, executamos a pesquisa bibliográfica na investigação em si.

Com efeito, a revisão bibliográfica irá mapear como o campo de estudo vem discutindo o assunto de interesse. Antigamente, fazíamos essas consultas nas bibliotecas físicas que tínhamos à disposição; atualmente, fazemos o levantamento bibliográfico por meio de pesquisas na *internet*. Assim, sugiro que acessem os seguintes bancos ou/e bases de dados: Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Oasisbr – Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Uma das ressalvas principais é não pesquisar diretamente no Google, posto que não é uma ferramenta de busca adequada para textos acadêmicos. Igualmente, a orientação para acessar os bancos ou/e bases de dados listados consiste em se apropriar dos mecanismos de pesquisa na *web* por meio de palavras-chave, operadores booleanos, algoritmos e dos recursos de busca avançada,

para conseguir resultados mais relevantes frente ao objetivo da sua revisão de literatura. Uma excelente iniciativa para uma introdução, de maneira gratuita, ao mundo acadêmico digital é o treinamento oferecido pelo Portal de Periódicos da Capes.

Em síntese, fazer uma consulta aos manuais de excelência acadêmica e executar uma revisão de literatura para entender a lógica interna do tema ou do campo de estudo configuram-se em suporte para saber quais recortes foram usados, quais perguntas foram feitas, quais objetos foram utilizados e quais lacunas ou territórios não foram explorados. Somente assim o(a) pesquisador(a) não irá replicar estudos ou integrar discussões saturadas, além de poupar tempo, em termos de projeto de pesquisa, para alcançar o ineditismo dentro do amontoado bibliográfico revisado.

Diante do quadro de temporalidade da pesquisa, vamos adentrar à segunda dimensão do recorte temático, a qual prefiro chamar de “não arrombar portas abertas”. Da mesma maneira que não faz sentido arrombar uma porta que esteja aberta, não é interessante pesquisar algo já pesquisado. O ineditismo científico é algo que deve ser preservado a cada manuscrito publicável, mas isso não significa que o projeto ou trabalho seja paradigmático. Por paradigma, recorro à noção de uma experiência *lato sensu* sem precedentes científicos e com interações abertas a ponto de responder os problemas da comunidade científica da época.

Apesar do desejo de todo(a) pesquisador(a) em fazer o melhor trabalho e até mesmo receber um respaldo acadêmico e social, não existe a obrigação de revolucionar o seu campo de estudo. Por outro lado lhe é imposto que o recorte temático seja inédito, isto é, transcenda — no que se refere a marco teórico, objeto de pesquisa, argumentos, constatações ou metodologia — ao que outros(as) pesquisadores(as) realizaram. Percebam que o recorte temático influencia diretamente na tradicional seção de *justificativa* do projeto de pesquisa ou do manuscrito, em que um dos elementos a ser apresentado é a importância acadêmica daquela investigação.

Para isso, a revisão de literatura é indispensável. Quando o(a) candidato(a) a uma seleção de mestrado e doutorado apresenta o caráter singular de sua proposta em comparação ao que já foi feito naquela instituição ou no Brasil como um todo, há a probabilidade de o trabalho ter um destaque maior. Por vezes, o fato de pesquisar outras bibliografias de modo preliminar faz com que se reflita sobre possibilidades que nunca tenham vindo à mente. É válida nesse percurso, por exemplo, a continuidade de um trabalho publicado, mas com outra interpretação ou marco teórico a partir dos mesmos dados.

É preciso ter no horizonte teórico-metodológico da vida acadêmica que boa parte dos estudos requer um momento de descrição. Nessa linha, revisar a bibliografia de um campo, ler os(as) principais autores(as) convidativos(as) a sustentar uma *boa ideia*, fichar as informações importantes do que foi lido, assegurar-se da tangibilidade do acesso, financiamento (se houver a necessidade), manuseio ou processos éticos do seu objeto de estudo são elementos que compõe a descrição. Depois desse levantamento preliminar, abre-se o momento de criação do projeto de pesquisa.

Ademais, a predisposição teórico-metodológica de um(a) orientador(a) em aceitar supervisionar um tema específico no programa de pós-graduação *stricto sensu* e a capacidade de ler, pelo menos de maneira instrumental, as bibliografias e outros materiais necessários à pesquisa mediados por um idioma estrangeiro são fundamentais para o recorte temático. Sem esse alinhamento entre a orientação e a sua capacidade de intercambiar informações em língua diversa do vernáculo, a avaliação do tema será prejudicada. Logo, recomenda-se a escolha de temas afinados com possíveis orientadores(as) de um programa cogitado e marcos teóricos ou objetos de pesquisa que se coadunem com as línguas conhecidas por vocês.

Ao final, queremos aconselhá-los(as) sobre a complexidade das fontes da pesquisa. Algo que, de certa forma, participa da

relevância e do ineditismo temático. Quanto mais complexas forem as fontes — tanto as bibliografias quanto os materiais de natureza diversa que servirão de objeto de pesquisa, além do movimento analítico-metodológico subjacente —, mais o(a) pesquisador(a) deverá dispor de tempo e habilidades investigativas.

Portanto, a humildade acadêmica e o reconhecimento de suas limitações e ambições frente a uma proposta, além da demarcação da extensão acadêmico-social dos achados da pesquisa, serão aliados para um bom êxito. Isso não implica, entretanto, em liciosidade metodológica. Quanto maior o tempo destinado à investigação e o nível escolar pretendido, maior será a responsabilidade de apresentar um plano de trabalho acadêmico que se afaste de investigações áridas e medíocres.

Tudo o que discutimos até agora faz parte do alavancamento, por parte do(a) pesquisador(a), para transformar a *boa ideia* em um *bom tema*. Em vocábulos freireanos, seria a passagem de uma curiosidade ingênua, oriunda do senso comum, para a consciência crítica, mesmo que nem todos os trabalhos se façam críticos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De toda forma, precisamos participar ou (retro)alimentar o ciclo gnosiológico na universidade: ensinar e aprender o conhecimento já existente ao mesmo tempo que se trabalha a produção do conhecimento não existente.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/rrSyAK5p0Zg>



4

Roberta Rayza Silva de Mendonça

COMO DEVO ESCREVER?

TÉCNICAS DE ESCRITA
DE ACORDO COM O
CONTEXTO ACADÊMICO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.4

INDICAÇÕES DE LEITURAS

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora:** o primeiro projeto de pesquisa. Brasília, DF: Letras Livres. 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Osvaldo N. A técnica da escrita científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 37, n. 2, 2015, v. 37, n. 2, p. 2201-1-2201-2, jun. 2015. DOI 10.1590/S1806-11173720001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/VsMNNbVGBzRkSwHQgKVF3cr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SILVA, Elizabeth Maria da (org.). **Projeto de pesquisa na universidade:** produção, análise e reflexão. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2021

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A escrita acadêmica é atravessada por quem a escreve — isso é um fato. Nossos textos são reflexos de nossas experiências, subjetividades e percepções do que e como pesquisamos. Há uma escrita universal? Como devo escrever para que minha escrita se torne científica? Minha escrita pode sofrer alterações a depender da pesquisa?

Esses são alguns questionamentos que já passaram pela cabeça das pesquisadoras, e pode ser uma das muitas indagações que te trouxe até aqui. Mas calma... Pode respirar. A escrita acadêmica não é uma receita de bolo — logo, você não vai encontrar um caminho reto aqui —, e pode ficar tranquila(o)... Também não se faz em um passe de mágica.

Nossa escrita deve levar em consideração alguns fatores interessantes, que dialoguem com a metodologia escolhida — por exemplo, para que se tenha uma escrita mais fluida, coesa e coerente

com o universo que se busca explorar. Veja sempre sua pesquisa em sua totalidade, como um quebra-cabeça a ser finalizado, com o encaixe perfeito de todas as peças que terá em mãos.

Neste ensaio, quero apresentar (des)caminhos para a construção de sua escrita acadêmica, de maneira que você perceba alguns erros comuns, e que podem ser evitados na construção das pesquisas. Cada escrita e pesquisa são únicas, cheia de particularidades, e você deve encontrar o caminho mais confortável para escrever a sua.

Meu objetivo aqui é pensar nessa escrita voltada para as seleções de mestrado e doutorado. Para isso, um passo importante é pensar que você tem em mãos a construção de uma **proposta de pesquisa**, e é interessante que esse termo, ou seus sinônimos, estejam presentes ao longo da construção do seu texto.

Outra dica importante é escrever sempre no futuro, pensando que a pesquisa ainda no campo das propostas, uma vez aprovada, será realizada com os caminhos traçados por você, pesquisador(a).

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Vamos iniciar pensando nos **jargões e termos técnicos** que são utilizados com o intuito de deixar nossa proposta mais interessante. Sinto informá-la(o), mas o caminho não é por aí. Vocês já fizeram a leitura de um relatório? Neles é possível nos depararmos com uma imensidão de termos assim, indecifráveis para a grande da população.

Também encontramos um excesso desses termos em textos jurídicos, sem mencionar o uso do latim, mas se seu objetivo é escrever bem, lançar mão deles não é interessante. A escrita acadêmica deve

ser acessível a todos os públicos, não somente àqueles que fazem parte do nosso nicho de conhecimento.

Além disso, a banca examinadora, ao se deparar com uma proposta tomada por termos rebuscados, por vezes não compreende qual o objetivo da pesquisa, o que pode acarretar em uma reprovação ainda na avaliação do projeto, etapa prevista nas seleções. Assim, nosso texto pode ser pensado em dois momentos.

Inicialmente vamos apontar alguns recursos que devem ser utilizados com moderação na escrita acadêmica, e em um segundo momento, trazer dicas para desenvolver suas propostas com mais propriedade e possam se apoderar do que escrevem.

O uso de jargões e linguagem técnica deve ser utilizado quando forem indispensáveis na discussão. Para garantir que sua pesquisa tenha relevância no programa de pós-graduação que deseja ingressar, a escrita não precisa ser rebuscada. Essa abordagem pode muito mais atrapalhar do que contribuir para a defesa de sua proposta. Lembre-se: não se trata da escrita de um relatório, mas de uma proposta de pesquisa científica.

Exemplos:

- O *modus operandi* do Estado em acolher mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é controverso.

Troque por:

- A forma como atua o Estado em acolher mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é controverso.

Outro recurso utilizado nas pesquisas são os **pronomes possessivos**. Evite sempre que puder! Como se referem à pessoa do discurso, e acabam por indicar posse, devem ser evitados na escrita da proposta de pesquisa. Uma escrita dificilmente será construída a uma só mão. Utilizamo-nos de várias autoras que constroem conosco

a ideia que se apresenta em uma seleção. A pesquisa não é só minha nem sua; ela é nossa.

Exemplo:

- **Minha** pesquisa apresentará contribuições para as discussões sobre deslocamento forçado.

Troque por:

- Nossa pesquisa apresentará contribuições para as discussões sobre deslocamento forçado.

Ah, os nossos queridos **gerúndios**! Na língua portuguesa, eles expressam a continuidade de uma ação; nas nossas pesquisas, fazem-nos acreditar que elas estão sempre continuando, desenvolvendo-se, crescendo, ampliando... Tantos "endos" e "indos" que mais vão perturbar, emaranhar e causar ambiguidade no texto, o que confunde a banca examinadora acerca da proposta que está sendo apresentada. Não deixar as avaliadoras confusas sobre o que se pretende pesquisar é parte do caminho para alcançar a aprovação. Uma proposta de pesquisa precisa apresentar a segurança da candidata já na própria escrita.

Exemplo:

- **Compreendendo** que a educação básica é indispensável para a formação cidadã das crianças.

Troque por:

- A educação básica é indispensável para a formação cidadã das crianças.

É extremamente importante discutir sobre como melhorar nossa escrita acadêmica. Nossas urgências em nossas pesquisas e a imersão no universo pesquisado nos fazem recorrer aos **superlativos**, na busca por intensificar as características que vamos desvelando.

Se pararmos para refletir sobre a estrutura das nossas propostas de pesquisa, vamos nos deparar com problemática, objetivo geral e objetivos específicos. Assim, torna-se notável que não é possível dar conta de supervalorizar um único cenário como se apenas ele fosse imprescindível.

Exemplo:

- Faz-se necessária, **urgentemente**, a discussão sobre pessoas em situação de rua.

Troque por:

- Faz-se necessária a discussão sobre pessoas em situação de rua.

O que nos leva a outro contexto, o das **generalizações**. Quando queremos apontar que existe uma totalidade no universo a ser pesquisado, felizmente, não há. Algo sempre nos escapa. Não é possível apontar um único caminho, uma única solução ou definição. Traçamos nossos aprendizados e apresentamos os trajetos percorridos, mas diversos outros podem coexistir.

Justamente por não haver a possibilidade de universalidade em nossas propostas de pesquisa é que são traçados os objetivos específicos, que vão delimitar o que pretendemos alcançar e quais serão os produtos finais obtidos em cada objetivo cumprido.

Exemplo:

- **Sempre** se discutiu sobre a falta de investimentos na educação por parte do Estado.

Troque por:

- É recorrente a discussão sobre a falta de investimentos na educação por parte do Estado.

Empregar **adjetivos** na escrita acadêmica também deve ser um cuidado tomado pelo(a) pesquisador(a). Nos textos acadêmicos não se faz necessário atribuir qualidades às escritoras, reflexões ou aos cenários pesquisados. Com certeza, concordamos que nossas escolhas são maravilhosas e excelentes, mas a escrita acadêmica dispensa o uso dessas expressões.

Exemplo:

- **A maravilhosa** Judith Butler, quando discute sobre enquadramentos quer apontar [...]

Troque por:

- Judith Butler, quando discute sobre enquadramentos quer apontar [...]

Entre alguns dos embaraços que podem ocorrer na escrita acadêmica está a **repetição de palavras** — de forma exacerbada ou, em especial, no mesmo parágrafo. Claro que algumas palavras precisam ser repetidas ao longo do texto, muitas vezes por se tratar do próprio objeto da pesquisa.

Já pensou, no entanto, em fazer a leitura de um parágrafo em que alguma palavra se repete por inúmeras vezes? Ao final, é provável que a única apreensão textual seja a do termo reiteradamente utilizado. Assim, faz-se interessante recorrer aos sinônimos. Mas cuidado: empregue-os sem que se perca o fio condutor da pesquisa.

Exemplo:

- **Importante** apontar a relação entre as vivências dessas mulheres e a busca por acolhimento em outro país, pois é **importante** para elas o desenvolvimento social.

Troque por:

- Importante apontar a relação entre as vivências dessas mulheres e a busca por acolhimento em outro país, pois é significativo para elas o desenvolvimento social.

Esses são alguns dos erros mais comuns na escrita da pesquisa acadêmica. Quando possível, devem ser evitados. Assim os textos se tornam mais objetivos e livres de vícios que possam comprometer o caminho a ser seguido pela proposta de pesquisa, além de apontar um cuidado quando de sua construção. Já que nos deparamos com alguns recursos que confundem nossa escrita acadêmica, nada melhor do que demonstrar caminhos que facilitem e tornem mais elucidativa nossa proposta de pesquisa.

Já pensaram na importância que os **conectivos** apresentam na construção de ideias? Eles são fundamentais para que possamos interligar uma ideia à outra, apontar questionamentos, discordar de reflexões que porventura sejam interessantes, apontar possibilidades outras, enfim, uma infinidade de possibilidades.

Exemplos:

- Igualmente; da mesma forma; assim também; do mesmo modo [...]
- Além disso; demais; ademais; outrossim; ainda mais; por outro lado [...]
- Com o fim de; a fim de; como propósito de; com a finalidade de [...]

A **estruturação do texto** também deve ser observada com cuidado. A(O) candidata(o) deve ter atenção no que diz respeito à estética do trabalho. A avaliação vai muito além da metodologia empregada, objetivos, justificativa, referencial teórico e muitos dos outros pontos exigidos no edital. Fique sempre atenta(o) à formatação

do texto, ao uso de imagens (quando se fizerem necessários) e, claro, às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Na construção uma pesquisa científica, é normal que sejam apontadas **citações**, sejam elas diretas ou indiretas, mas todo cuidado se faz necessário. Assim, o uso de citações diretas longas é interessante quando se vai apresentar algum conceito, mas o(a) autor(a) deve estar atenta ao tamanho da citação. Não é interessante, por exemplo, uma citação direta longa que se valha de metade da página.

Se a citação for indispensável, faça supressões de trechos dessas citações (com o uso de colchetes), apresentando apenas o que for realmente relevante. Por exemplo, não é interessante incluir citações diretas longas de textos legislativos, uma vez que podem ser facilmente consultados, até por meios digitais.

Além disso, não é interessante que o texto seja repleto de citações, diretas ou indiretas, sem que entre elas apareça a fala da pesquisadora (afinal, um compilado de citações não caracteriza uma proposta de pesquisa). Ao citar pesquisadoras que se identifiquem com o gênero feminino, embora a ABNT apresente a necessidade de pontuar apenas o sobrenome, algumas autoras têm optado por apresentar o primeiro nome, quando da primeira citação, para que se evidencie que se trata de uma mulher.

A escrita dos **parágrafos** deve apresentar uma ideia que o(a) autor(a) deseja desenvolver. Assim, um período de quinze linhas se torna exaustivo para quem lê, e um de três linhas não conclui uma reflexão de maneira que exista início, meio e fim ao que se pretende apresentar, pois não há um desenvolvimento da ideia.

Períodos entre seis e oito linhas são suficientes para que uma ideia seja desenvolvida. Dessa forma, o(a) autor(a) não correrá o risco de fazer com que suas reflexões fiquem dispersas. Ao iniciar os

parágrafos, opte por palavras que apresentem conexão entre o texto que está sendo desenvolvido e as reflexões que serão apresentadas.

Chegando ao final da nossa conversa sobre escrita acadêmica, espero que você, caro(a) leitor(a), tenha compreendido que não há um estilo de escrita único, e que você desenvolverá o seu conforme for amadurecendo enquanto pesquisador(a). Para que isso ocorra, é necessário que mantenha suas leituras em dia e se cerque do seu objeto de pesquisa.

A fluidez na escrita virá com a prática e com leituras que estão para além das pesquisas acadêmicas e das nossas teorias. Lembre-se que hoje há incontáveis possibilidades de se apreender um conteúdo, e os *podcasts* estão aí para isso, além de documentários, filmes e entrevistas.

Já ouviram falar que a prática leva à perfeição, certo? Sim, leva. Não adianta apenas ler ou ouvir. É interessante que você pratique a escrita, verifique quais os pontos a serem melhorados e aqueles em que se sobressai, para que possa lapidar a maneira como escreve.

Com o fim de aprimorar sua escrita acadêmica, e finalizando nossa conversa, você pode aproveitar a experiência de outras autoras, percebendo o estilo de escrita delas para que encontre o seu. Se necessário, fuja do seu objeto de pesquisa, para que sua escrita não fique atrelada integralmente aos textos que já existem. Essa também é uma maneira de encontrar sua própria forma de escrever.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/YRuslYqpNpQ>





5

Antonio Lopes de Almeida Neto

**DOCUMENTOS PARA
A PESQUISA CIENTÍFICA
– NBR'S ABNT**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98591.5](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98591.5)

INDICAÇÕES DE LEITURA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 9 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualizada_abr_2011.pdf. Acesso em: 9 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Existe em alguns espaços acadêmicos uma percepção errônea de que a formação de um texto se confunde com a metodologia do projeto ou do trabalho científico. Isto é, quem entende e decora as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para documentos científicos estaria habilitado para executar uma investigação científica. Contudo, qualquer padronização na formatação, seja ela publicada pela ABNT ou não, tem natureza estética.

Para nós, a dimensão estética do manuscrito tem tanto valor quanto as outras. Um texto bem apresentado, revisado e preocupado com os mínimos detalhes será bem avaliado em qualquer âmbito acadêmico, mesmo que os(as) avaliadores(as) não concordem com as hipóteses e teses ali descritas. Portanto, o objetivo deste

capítulo está em fornecer apontamentos sobre a consulta de alguns dos documentos científicos mais recorrentes da ABNT para o cotidiano acadêmico.

A ABNT é um Foro Nacional de Normalização e foi escolhida como parâmetro por ser amplamente adotada no Brasil desde 1940. No entanto, revistas e, por vezes, instituições — principalmente estrangeiras —, adotam outros sistemas de padronização para textos científicos. Como exemplo, temos o Sistema Chicago, as normas da *Modern Language Association* (MLA), da *American Psychological Association* (APA), entre outras.

Apesar dos inúmeros *blogs* e manuais disponíveis na internet sobre a formatação de textos científicos, recomendamos a consulta aos documentos da própria ABNT. Nada se compara à leitura direta dos itens e exemplos nos materiais oficiais. Dito isso, listamos a seguir todas as normas de informação e documentação:

- NBR 6022/2018 — Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica
- NBR 6023/2018 — Referência
- NBR 6024/2012 — Numeração progressiva das seções de um documento
- NBR 6027/2012 — Sumário
- NBR 6028/2021 — Resumo, resenha e resenha
- NBR 6034/2004 — Índice
- NBR 10520/2023 — Citações em documentos
- NBR 10719/2015 — Relatório técnico e/ou científico
- NBR 12225/2004 — Lombada
- NBR 14724/2011 — Trabalhos acadêmicos

- NBR 15297/2011 — Projeto de pesquisa
- NBR 15437/2006 — Pôsteres técnicos e científicos

A despeito da lista longa e completa de documentos, muitas pessoas nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não a conhecem. Por isso, sugerimos o estudo integral de todas. Porém, para fins estratégicos de seleções e do cotidiano da universidade, três normas conseguem resolver a maioria das situações: a NBR 14724/2011 — Trabalhos acadêmicos, a NBR 10520/2023 — Citações em documentos e a NBR 6023/2018 — Referência. As discussões serão feitas a partir delas.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Inicialmente, precisamos diferenciar os documentos e as finalidades para a nossa discussão. A NBR 14724/2011 — com o escopo de apresentar princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos destinado à instituição — e a NBR 10520/2023 — com o objetivo de demonstrar as características exigíveis para apresentação de citações em documentos — devem ser lidas integralmente. Mesmo que seja uma leitura tediosa, precisamos ter a noção da totalidade do trabalho e dos elementos que devemos inserir durante o processo de escrita.

Por outro lado, a NBR 6023/2018 — que fixa a ordem dos elementos das referências e estabelece as convenções para a transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação — deve ser consultada. Ou seja, o(a) pesquisador(a) não precisa lê-la integralmente, mas se incumbe de verificar as informações (ou a ausência delas) e a bibliodiversidade que pode ser citada e referenciada em um projeto de pesquisa ou em um trabalho científico (produto).

Em todas as NBRs existem seções comuns que podem ser encontradas nos sumários dos documentos e nas quais devemos prestar a devida atenção antes de satisfazer qualquer curiosidade ou necessidade técnica. O primeiro elemento a ser visualizado é o escopo, em que você irá memorizar a função de cada NBR e que tipo de esclarecimento poderá te auxiliar. O segundo é mais importante: termos e definições. Parece algo ingênuo, contudo, constitui-se em um apoio enciclopédico na comunidade acadêmica para saber “o que é” e “o que não é” entre os documentos, informações e elementos informativos.

Um exemplo construtivo e que irá ajudar a dar continuidade a essa discussão é a diferença, conceitual, entre citação e referência. A citação consiste na menção, dentro do texto, de uma informação extraída de outra fonte. Já a referência é o conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento que permite sua identificação individual. Esses dois termos são constantemente confundidos no universo científicos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ilustremos, conforme a ABNT, a diferença gráfica:

Citação autor-data → ABNT (2011) ou (ABNT, 2011, p. 3)

Referência → ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
ABNT NBR 14724: informação e documentação:
trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro:
ABNT, 2011.

Citadas essas diferenças que exemplificam a importância mínima dos termos e das definições, passaremos à análise individual de cada NBR eleita. Sobre a NBR 14724/2011, que pode ser lida em paralelo com a NBR 15287/2011 (aquela que especifica os princípios gerais para a elaboração de projetos de pesquisa), recomendamos prioridade na leitura da estrutura para diferenciar a parte externa da parte interna, além dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Posteriormente, indicamos a leitura das regras gerais que descreverão as margens, o tamanho da fonte, o espaçamento entre

os parágrafos e todas as exceções de mesma natureza a serem ajustados no seu editor de texto.

Muito mais do que saber a regra, deve-se treinar o olhar para as exceções que aparecem nas NBRs. A título de exemplo, podemos pensar nas citações diretas com até três linhas e nas citações diretas com mais de três linhas. A primeira está dentro do parágrafo e com aspas duplas. A segunda se ajusta por meio de um recuo de quatro centímetros em relação à margem da esquerda, espaçamento simples, fonte menor que o tamanho 12 e sem aspas. Vejamos:

Com até três linhas →

Segundo Foucault (2000, p. 69), a grande desconfiança alegórica é: “não mais se perguntar sobre o que esse texto diz verdadeiramente por baixo do que ele diz realmente”. Isso se desdobrou na busca dos comentadores pelo pensamento verdadeiro do autor (o que foi dito sem ser explicitado).

Com mais de três linhas →

A linguagem é um objeto universal? Para Foucault, não. A soberania da linguagem como objeto se dar justamente pela sua fugacidade:

Diz-se de boa vontade que, hoje, nada nos interessa mais do que a linguagem e que ela se tornou o objeto universal. E preciso não se enganar: essa soberania é a soberania provisória, equívoca, precária, de uma tribo em migração. Certamente, nos interessamos pela linguagem; no entanto, não por termos conseguido finalmente tomar posse dela, mas antes porque, mais do que nunca, ela nos escapa. Suas fronteiras se desmoronam e seu calmo universo entra em fusão; se estamos submersos nela, não é tanto por seu rigor intemporal, mas pelo movimento atual de sua onda (Foucault, 2000, p. 72).

Referência →

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos e Escritos, v. 2). p. 62-77.

Aproveitando que fizemos a distinção entre citação e referência, vamos enfatizar a NBR 10520/2023, sobre citações. Por ser uma norma pequena e de fácil leitura, ela não necessita de muitos comentários. Entretanto, vale fazer uma ressalva: ninguém consegue fazer uma boa citação se não tiver o mínimo de informações ou compreensão sobre o tipo de documento que está sendo analisado e o conjunto ordenado de dados que comporão a referência final.

Um dos maiores erros na relação citação-referência é justamente escrever o texto e deixar esses aspectos formais para o final do trabalho. Tal medida implica em um esforço duplo, desconhecimento integral do texto e revisões custosas (financeira e temporalmente) pelo(a) pesquisador(a) ou por pessoas alheias ao manuscrito. Saber como citar e referenciar os materiais revelará, minimamente, mas não de modo determinante, se existe ou não uma diversidade e uma boa qualidade de fontes em seu texto.

Outra confusão comum consiste, em se tratando de ABNT, transformar as notas de rodapé em notas de referência quando os espaços acadêmicos não exigirem. Comumente, a ABNT propõe o sistema autor-data como padrão de citação. Logo, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome do(a) autor(a), pelo nome da entidade responsável ou pela primeira palavra do título com reticências,¹ em conjunto com a data e dentro do parágrafo. Seria repetitivo, portanto, usar as notas de rodapé dos editores de texto como notas de

1 Com a mudança recente da NBR 10520 em 2023, não se aplica mais o recurso de caixa-alta na citação. A única exceção para esta regra é a indicação de responsabilidade de autoria pelo uso da sigla de uma entidade.

referência. Melhor aproveitá-las enquanto indicações, observações ou aditamentos ao texto feitos pelo(a) autor(a), tradutor(a) ou editor(a).

Para finalizarmos a respeito da NBR 10520/2023, enfatizo o cuidado com o *apud* ou citações de citações. Embora seja permitido, o recurso de citar uma fonte não acessada diretamente deve ser usado com prudência. Na pesquisa científica, principalmente em nível de mestrado e doutorado, a consulta às fontes primárias é um imperativo. O(A) pesquisador(a) deve, então, esgotar todas as estratégias para se debruçar sobre as fontes originais de sua investigação. Por isso, uma pesquisa deve ser planejada holisticamente.

Com relação à NBR 6023/2018, que tem 68 páginas, seria enfadonho ler todas as recomendações listadas. Dessa forma, propomos a leitura do sumário: visualizá-lo bem, tentar buscar aquilo que mais se aproxima do documento em mãos (ou virtual) e ir até o item escolhido. Caso não encontre, tendo em vista não se tratar de uma fonte comum às pesquisas científicas, então, destacamos o índice remissivo. Estruturado em ordem alfabética, o índice tem a função de listar verbetes e correspondê-los com os itens da NBR. Exemplo: “Facebook ver **Documento em meio eletrônico**”.

Na parte de *Regras gerais de apresentação*, o(a) pesquisador(a) conseguirá encontrar a descrição da formatação comum de todas as referências: espaço simples; alinhadas à margem esquerda do texto; separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples; ordenadas em uma única lista; e padronizadas quanto ao recurso tipográfico (negrito, itálico ou sublinhado). Para mais, todas as referências têm um núcleo essencial e elementos complementares. Desde que não seja afetada a transparência da pesquisa, sugerimos que se atenha ao essencial, para que a padronização seja mais fácil.

O extenso item 7 da NBR 6023/2018 regulará todos os tipos de fontes, determinando os objetos (teses, livros, etc.) que os compõem, os elementos informativos essenciais ou complementares e os exemplos. Nesse sentido, a norma é bem didática. É tão completa

em termos de padronização que podemos metaforizar do seguinte modo: o que não está na ABNT não está no mundo. Um caso singular é o item 8.1.1.7, que dispõe sobre obras psicografadas. Outro exemplo curioso é o item 7.19, que regula a referência de fósseis.

Outro item importante é a *Transcrição dos elementos* (número 8), que tem como finalidade a descrição dos elementos essenciais e complementares entre si: indicação de responsabilidade/autoria; títulos e subtítulos; edição; local; editora; data; descrição física; ilustrações; dimensões; séries e coleções; notas; e disponibilidade de acesso (para materiais virtuais). Apesar da recomendação de consulta, o item 8 merece ser lido integralmente. Mais do que uma descrição variada dos elementos, essa parte nos orienta sobre as lacunas. O item 8.6.1.3 relata, por exemplo, sobre a ausência de data certa no material. Contudo, essa lacuna pode ser preenchida citando, pelo menos, o século provável da fonte.

Por fim, o item 9 relata sobre a ordem das referências na lista final, ou seja, uma padronização para um elemento pós-textual do manuscrito acadêmico. Para mais, os anexos A e B regulam as abreviaturas corriqueiras que usamos nas referências. Dois exemplos são ilustrativos para a riqueza de detalhes exigida. As datas de materiais virtuais são, pelo padrão do anexo A, e na parte do “acesso em”, indicadas da seguinte maneira: 23 abr. 2022, e não desta forma: 9 de abr. de 2022. Ademais, o anexo B expõe uma diferença básica entre Ed. (editora) e ed. (edição ou editor). Em resumo, precisamos nos debruçar sobre as exceções e os detalhes.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/qgjrKRZiWzU>



6

*Luísa Vanessa Carneiro da Costa
Natália de Oliveira Melo*

O QUE DEVO INSERIR NO MEU PROJETO?

TÓPICOS COMUNS AO PROJETO
DE PESQUISA EM CIÊNCIAS
HUMANAS E CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS

INDICAÇÕES DE LEITURAS

ARAÚJO, Júlio; PIMENTA, Alcilene Aguiar; COSTA, Sayonara. A proposta de um quadro norteador de pesquisa como exercício de construção do objeto de estudo. **Interações**, Campo Grande, v. 16, p. 175-188, jan./jun. 2015. DOI 10.1590/1518-70122015115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/x6bzHJBc6XsHm3SZT9bNg6M/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ARAGÃO, Elisabeth Maria; BARROS, Maria Elisabeth Barros; OLIVEIRA, Sonia Pinto. Falando de metodologia de pesquisa. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 18-28, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n2/v5n2a03.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para a escrita de todo e qualquer projeto em seleções de mestrado, é importante seguir à risca o que o edital em questão pede. Os tópicos aqui apresentados são direcionamentos essenciais para você escrever o projeto — adapte-o ao que o seu edital/programa pede.

A introdução é a apresentação da ideia do trabalho, envolvendo o que chamamos de categoria principal (o tema “guarda-chuva da sua pesquisa”) com a subcategoria (o recorte temático em relação à categoria principal). Neste tópico, cabe também — e principalmente — a apresentação da pesquisa que se pretende e o contexto.

A justificativa diz respeito à relevância de sua pesquisa. A escrita deve girar em torno, sobretudo, de mostrar à comissão de seleção por que sua intenção de pesquisa é interessante para o programa, para a área da pesquisa (ou seja, a área do programa) e para a sociedade.

A questão-problema é uma pergunta de pesquisa que precisa ser estruturada antes mesmo da escrita do texto em si. Apresentaremos neste capítulo o passo a passo para construção dessa pergunta-chave.

Os objetivos são as intenções de sua pesquisa, e precisam estar diretamente ligados à sua categoria principal, subcategoria, justificativa e questão-problema — como aos demais itens do projeto.

Item fundamental no projeto de pesquisa, o aporte teórico é um tópico comum em vários projetos na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas ou nas quais o(a) pesquisador(a) precise apresentar fundamentos teóricos em diálogos com as suas compreensões acerca da temática proposta.

Outro tópico necessário é o da metodologia. Aqui, é fundamental apresentar o trajeto que tornará possível a elaboração do trabalho de conclusão do curso, seja ele uma monografia, dissertação ou tese, de modo a destacar as técnicas e os procedimentos correspondentes ao conjunto de ações percorridas desde o planejamento até a conclusão do trabalho.

É bastante pertinente elaborar a lista de referências em comunicação com as citações utilizadas no aporte teórico (que também pode ser conhecido como referencial teórico), uma vez que tudo o que foi citado no corpo do texto precisa ser referenciado, sob possibilidade de acarretar o plágio acadêmico.

Já no cronograma, outro item comum na maioria dos projetos para seleções, sugerimos estruturar a cronologia das atividades necessárias para construção do trabalho de modo a apresentar o plano de distribuição de tarefas nos respectivos tempos e momentos pertinentes.

Considerando os itens acima mencionados, podemos perceber alguns pontos comuns na maioria dos editais de seleções

para mestrado ou doutorado. Vale ressaltar, contudo, a importância e necessidade da leitura minuciosa do edital a fim de que o projeto seja construído a partir das exigências do programa de pós-graduação.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

▪ Introdução

A ideia principal da introdução não é apresentar um aporte teórico ou fichamento de autores. Nela, você apresenta a sua pesquisa e quais autores te ajudam a discutir a relevância de seu projeto em relação à categoria principal e à subcategoria.

Pensando em ajudar a escrever essa seção, montamos “perguntas norteadoras” para você “responder” em seu texto. Conforme “responde”, você escreve o texto/seção em si. Uma observação importante: não são válidas “respostas” estilo sim/não. As respostas devem ser argumentativas, ou seja, para cada pergunta, a ideia é você escrever entre um e dois parágrafos.

Para a sua introdução, devem ser “respondidas” três perguntas. A primeira: por que são importantes as pesquisas sobre o tema/categoria principal? A ideia aqui é estruturar um texto mostrando (com base em autores com citação indireta) por que a sua categoria principal é um tema necessário de pesquisa.

A segunda pergunta é: de que forma a categoria principal se aproxima da subcategoria? A ideia aqui é contextualizar qual a perspectiva de sua pesquisa em relação à categoria principal, ou seja, a área de estudo de sua pesquisa. Por exemplo: se você vai pesquisar sobre educação inclusiva, uma possível subcategoria poderia ser formação de professores.

Depois de apresentar a contextualização da temática de sua pesquisa, apresente-a de fato, respondendo à terceira pergunta: qual a sua pesquisa e como será feita? Se a sua pesquisa for em campo, apresente esse campo; se for bibliográfica, apresente os portais da revisão.

Finalizamos a seção da introdução com sugestões práticas. Não traga citação direta no corpo do texto, muito menos recuada. Se o edital pede dez páginas (contando com as referências), faça a introdução em até uma página.

- **Justificativa**

A justificativa é a argumentação de como a sua ideia de pesquisa (apresentada na introdução) é válida para o programa. É interessante que seja um pouco menor que a introdução.

Para isso, primeiramente você deve apresentar a pesquisa que fez no banco de dados do programa, ou seja, quais as outras dissertações que conversam sobre o seu tema de pesquisa. Demonstre como a sua ideia é inédita, no sentido de que o programa ainda não teve nenhuma pesquisa que discuta a sua categoria principal em relação à subcategoria no contexto de pesquisa (metodologia) por você pensado.

Depois, apresente a conexão com a sua linha de pesquisa. A ideia é dialogar a sua pesquisa com os estudos desenvolvidos na referida linha de pesquisa.

Finalize a justificativa demonstrando a relevância de sua pesquisa a partir de dois tópicos: qual a importância dela para a área temática do seu projeto (a qual, pressupomos, seja a área do programa); e qual a relevância de sua pesquisa para a sociedade (se é uma pesquisa em educação, direito, serviço social...).

- **Questão-problema**

É a pergunta que orienta todo o projeto. Deve conter essencialmente uma palavra representativa da sua categoria principal; uma palavra e/ou expressão representativa da sua subcategoria; e o contexto da sua pesquisa. Ou seja, uma pergunta que movimenta pelo menos três palavras e ou expressões.

Deve ser estruturada em torno de um questionamento, e não duas perguntas em uma. Vamos aos exemplos? Se a categoria principal é “educação em direitos humanos” e a subcategoria é “formação de professores”, segue um exemplo de pergunta: em que medida a formação de professores é importante para a prática de educação em direitos humanos numa escola de ensino fundamental?

Mais um exemplo para finalizar essa seção. Se a sua categoria é “violência de Estado” e sua subcategoria é “reparação”, uma possibilidade de pergunta seria: quais as percepções acerca da construção de cidadanias e produção de subjetividades de vítimas e familiares da violência de Estado a partir das possibilidades de reparação?

Observação importante: a questão-problema deve ser feita após as análises das dissertações já defendidas no programa.

- **Objetivos**

São os caminhos que precisam ser percorridos para a efetivação da sua ideia de pesquisa. É dividido em objetivo geral e objetivos específicos.

O objetivo geral é o seu texto de pergunta com um verbo infinitivo à frente. Usando os exemplos da seção anterior:

Exemplo 1: discutir em que medida a formação de professores é importante para a prática de educação em direitos humanos numa escola de ensino fundamental.

Exemplo 2: analisar quais as percepções acerca da construção de cidadanias e produção de subjetividades de vítimas e familiares da violência de Estado a partir das possibilidades de reparação.

Os objetivos específicos são o passo a passo, os desdobramentos do objetivo geral. Todos devem começar com verbos no infinitivo e devem conter inevitavelmente uma expressão ou palavra que represente a categoria principal e/ou a subcategoria.

Para finalizar essa seção, exemplos de verbos para objetivos gerais: conhecer, estudar, compreender, perceber, reconhecer.

Verbos para objetivos específicos: classificar, distinguir, identificar, relacionar, diferenciar, categorizar, correlacionar, debater, criticar, investigar, documentar, organizar, propor, argumentar.

▪ **Aporte teórico**

O aporte teórico — também conhecido como referencial teórico, fundamentação teórica, referencial bibliográfico, marco teórico, entre outros — é o espaço para construir ideias iniciais sobre o que pretendemos discutir, bem como dialogar com autoras e autores que discutem acerca da temática de estudo.

Nesse sentido, o presente item é reflexo das leituras que você vem vivenciando e do mapeamento bibliográfico que está sendo realizado, para que assim seja possível compartilhar as ideias de autoras/autores e desenvolver ideias acerca do que você está pesquisando sobre o tema em profundidade.

Sendo assim, pensamos que seja interessante nos perguntarmos: quais as principais autoras/autores que darão suporte para dialogar com a temática proposta? Realizada essa tarefa, o próximo passo é selecionar as ideias que serão utilizadas em seu projeto, por meio das citações, que podem ser diretas ou indiretas, observadas as normas técnicas de elaboração dos trabalhos acadêmicos.

Outra pergunta importante pode ser: em que medida essas autoras/esses autores dialogam com os estudos que estão sendo realizados no programa de pós-graduação ao qual estou submetendo o projeto? Pois bem, é necessário acompanhar os estudos e pesquisas que estão sendo desenvolvidos para perceber a contribuição que o trabalho terá, bem como para verificar se o corpo docente teria interesse em orientar tal trabalho.

Dessa maneira, é necessário mapear autoras e autores, conceitos e ideias que dialoguem com as discussões vivenciadas no programa, mas sempre observando a quantidade de páginas previstas no edital, para que sejam respeitadas todas as regras previstas no respectivo documento. Lembrando, ainda, que é importante ponderar a utilização de citações nesse espaço, a fim de evitar repetição e demonstrar cuidado com a estética do trabalho.

▪ **Metodologia**

A metodologia consiste no trajeto metodológico que será utilizado para executar a pesquisa proposta. Um item fundamental e que merece bastante atenção e cuidado: é nessa seção que apresentamos os caminhos que serão percorridos, os aspectos técnicos, bem como as demais informações científicas sobre a pesquisa.

Dessa forma, serão apresentados os caminhos para a elaboração metodológica do presente trabalho, destacando os métodos; tipos de abordagem; tipos, universo e participantes da pesquisa; técnicas de coleta e análise dos dados; e demais instrumentos da pesquisa que você se propõe a desenvolver.

Sugerimos seguir uma ordem de ideias, a fim de demonstrar o motivo pelo qual o seu trabalho utilizará tal técnica da pesquisa, bem como no que consiste cada uma delas. Para isso, é fundamental estar acompanhada/o de bons materiais bibliográficos sobre “metodologia da pesquisa”, de modo que, quanto ao método, pode ser dedutivo, indutivo, fenomenológico, estudo de caso, entre outros.

Já com relação aos tipos de abordagem, a pesquisa pode ser qualitativa, quantitativa ou mista. No que concerne aos tipos de pesquisa, podemos destacar, por exemplo, as pesquisas bibliográficas, exploratórias, descritivas ou explicativas. Se a sua pesquisa é empírica, e terá um lugar/espço/território em que precisará visitar para realizar o trabalho, é interessante demarcá-lo de fato como universo da pesquisa, apresentando endereço e demais características pertinentes.

Na medida em que você se propõe a realizar uma pesquisa envolvendo pessoas humanas ou documentos que não sejam públicos, é necessário mencionar que o projeto será submetido ao comitê de ética, em momento oportuno, observadas as resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Se houver pessoas a serem entrevistadas, elas serão consideradas participantes da pesquisa, sendo necessário apresentá-las de maneira indireta, a fim de proteger as suas identidades e personalidades, demonstrando, ainda, a quantidade de pessoas entrevistadas, para evitar a saturação teórica.

Resta necessário demonstrar a técnica de coleta de dados, que visa reunir dados para o uso secundário das técnicas de pesquisa, por exemplo, por meio de entrevistas. De modo que, a partir disso, é importante apresentar a técnica de análise de dados, que pode ser realizada, por exemplo, por meio da análise de conteúdo, considerando a necessidade de observar as regras básicas presentes no edital ao qual você está se submetendo.

▪ **Referências**

A lista de referências é o item no qual serão listadas algumas obras utilizadas para construir o aporte teórico ou aquelas que podem ser utilizadas para desenvolver a pesquisa proposta. Nesse sentido, é importante atentar às normas do edital, bem como observar as normas técnicas para trabalhos científicos.

Assim, para elaborar a lista de referências, que deverá estar em ordem alfabética, é necessário analisar o tipo de material/obra, assim como os elementos essenciais (informações indispensáveis à identificação do documento) e complementares (elementos que permitem caracterizar melhor a obra consultada).

- **Cronograma**

O cronograma do projeto consiste no item em que deverão ser apresentadas as atividades a serem executadas para desenvolver o trabalho. Deverá concentrar desde as tarefas iniciais até o momento final do trabalho, ao longo do período de duração do curso, devendo atentar a um planejamento que não exceda o tempo de dois anos, no caso de mestrado, ou quatro anos, se for um doutorado, por exemplo.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/YUi8T1b7L54>





7

Alex Bruno Feitoza Magalhães

COMO CONSTRUIR UM OBJETO E UMA METODOLOGIA DIANTE DA TÉCNICA DE COLETA DE DADOS DOCUMENTAL?

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98591.7](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98591.7)

INDICAÇÕES DE LEITURA

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

MAGALHÃES, Alex Bruno Feitoza. É possível descolonizar a pesquisa? Tendências ao campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. **Coluna G-Pense**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.g-pense.com/post/%C3%A9-poss%C3%ADvel-descolonizar-a-pesquisa-tend%C3%Aancias-para-o-campo-das-ci%C3%Aancias-humanas-e-sociais-aplicadas>. Acesso em 03 nov. 2022.

O QUE É PESQUISA DOCUMENTAL? *in*: Biblioteca Lydio Machado Bandeira de Mello, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://biblio.direito.ufmg.br/?p=5114>. Acesso em 11 do nov. 2022.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Antes de falar sobre como *construir um objeto e um metodologia diante da técnica de coleta de dados documental*, devemos ter em mente:

- O que é objeto de estudo?
- Como definir o objeto de estudo?
- Como delimitar o objeto?

O objeto de estudo **não se confunde** com o tema da pesquisa ou com os objetivos geral e específicos. O objeto é a **particularidade** que o pesquisador irá estudar. Consiste na especificidade do tema de pesquisa. Em outras palavras, é um **ponto de vista** ou **afunilamento do tema**. É o **desdobramento** de temáticas amplas.

Para definir o objeto de estudo, **comece sempre pelo que ele não é!** O objeto de estudo não necessariamente se diferencia do tema de pesquisa. Ambos têm uma relação, um laço simbiótico e simultâneo — ou seja, um não surge nem é descrito plenamente sem o outro. O tema pode ser entendido como um universo amplo sobre algum assunto e/ou temática; o **objeto é a particularidade que você irá estudar.**

Como delimitar o objeto? Escreva o tema da pesquisa:

Responda à pergunta: o que de fato, dentro do tema, você quer pesquisar?

Delimite mais, defina o tempo e o local da pesquisa:

Exemplo prático:

- *O tema do projeto de pesquisa:* Justiça e Reparação, uma análise sobre processos que tratam sobre violações de direitos humanos no período ditatorial (1964-1988).
- *A delimitação do objeto:* processos que tratam sobre violações de direitos humanos dos povos indígenas no período ditatorial (1964-1985).

- A *delimitação do tempo*: processos que tratam sobre violações de direitos humanos dos povos indígenas, no período ditatorial (1964-1985), requeridos entre 2001 e 2022.
- A *delimitação do local*: processos que tratam sobre violações de direitos humanos dos povos indígenas, no período ditatorial (1964-1985), requeridos entre 2001 e 2022, presentes no acervo da Comissão de Anistia do Brasil.

Dicas para delimitação:

- O pesquisador não precisa buscar um objeto inédito.
- O mesmo objeto de pesquisa pode apresentar resultados diferentes.
- Especifique o seu objeto de estudo o máximo que puder.

Afinal, *o que é uma pesquisa documental?* É aquela realizada a partir de dados **primários** (difícil acesso), que são os documentos oficiais, publicações parlamentares, publicações administrativas, documentos jurídicos, arquivos particulares, fontes estatísticas, fotografias, autobiografias e diários. E até mesmo de fácil acesso, como jornais, boletins, relatórios e materiais cartográficos. Como observado, a pesquisa documental recorre a fontes diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico.

A pesquisa documental é bastante utilizada no campo das ciências humanas e sociais. Por vezes não é fácil distingui-la da pesquisa bibliográfica, uma vez que ambas tendem a percorrer o mesmo trajeto. A **pesquisa bibliográfica** parte de materiais secundários, aqueles já existentes e/ou elaborados, tais como livros, relatórios de pesquisa, anais de congressos, artigos, revistas, monografias, dissertações e teses.

Quais são os métodos, as abordagens e os tipos de pesquisa que se alinham com uma investigação científica materializada por meio dos documentos? São alguns métodos:

- *Histórico*: aquele que trata de retomar fenômenos de natureza histórica para explicar uma questão contemporânea. Com objeto justificado dentro de uma perspectiva de algo eminentemente histórico.

Ex.: examinar como as correspondências do século XIX representavam as concepções de público e privado

- *Indutivo*: aquele que elege um universo particular e tenta explicar no geral; um universo restrito de sujeitos, e deles se diz e amplia as redes de relação. Começa com uma premissa e tenta generalizar a partir dela o que é verdade em alguns casos e o que é provável que seja verdade em geral.

Ex.: identificar aspectos coloniais em processos de reparação que julgam violações de direitos humanos sofridas por povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985).

- *Dedutivo*: escolhe-se um universo geral para tentar explicar o particular; raciocínio que começa com uma ou várias reivindicações (local) e conclui-se com uma afirmação cuja verdade é garantida pela validade do processo de raciocínio. Elege-se uma discussão metateórica para tentar se relacionar com a realidade particular.

Ex.: partir dos fundamentos dos direitos humanos (geral) para explicar as dinâmicas do racismo presentes na elaboração de um retrato falado (particular/local).

- *Hipotético-dedutivo*: aquele que requer a eleição de hipóteses para responder (ou não) um problema ou uma lacuna existente.

Ex.: os estereótipos de gênero presentes em decisões de juízes justificam prisões ilegais de mães.

Vistos alguns métodos de pesquisa; *quais são os tipos de abordagem?* A pesquisa documental permite fazer análises **qualitativas** e **quantitativas**, seja de um determinado fenômeno, acontecimento social ou informações estatísticas.

A **abordagem qualitativa** parte da premissa de analisar e interpretar aspectos subjetivos, e oferece mais aprofundamento na compreensão de um determinado fenômeno ou comportamento social. O foco da abordagem qualitativa está nos processos e significações — e faz uso, principalmente, de documentos, entrevistas, observações, diário de campo e outras ferramentas. Já a **abordagem quantitativa** utiliza-se basicamente de dados estatísticos e números para criar uma determinada realidade.

Como observado, é comum confundir a pesquisa documental com a pesquisa bibliográfica, mas e com os outros *tipos de pesquisa*? Vários são os tipos de pesquisa que podem ser empregados na construção de um trajeto metodológico: **descritiva**, aquela que analisa, registra e relaciona aspectos que envolvem fatos ou fenômenos, mas sem manipulá-los; **exploratória**, que proporciona maior familiaridade com o objeto de estudo; e **explicativa**, que identifica fatores que contribuem para a causa e ocorrência de determinados fenômenos. Por mais que esses tipos de pesquisa não se confundam, é possível, em determinadas dimensões da pesquisa, fazer uso com a pesquisa de tipo documental.

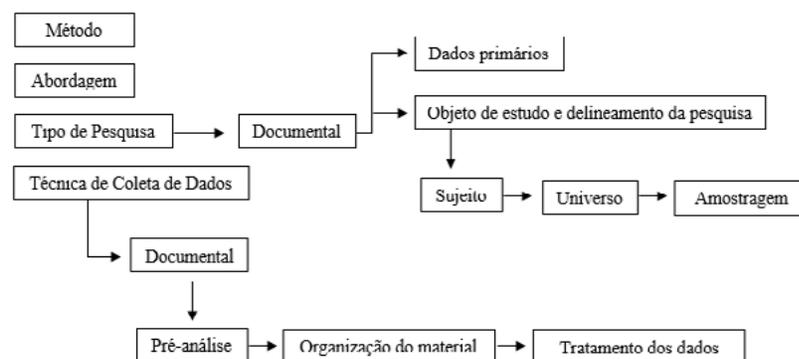
A *técnica de coleta de dados documental* é um importante instrumento de pesquisa qualitativa, pois parte de documentos brutos, a serem trabalhados. As fontes utilizadas pela pesquisa documental perfazem-se em materiais diversos: **documentação impressa**, **documentação digital**, **documentação gráfica** e **documentação audiovisual**.

As fases da técnica de coleta de dados documental são as seguintes:

- *Pré-análise*: etapa em que o pesquisador irá eleger os objetivos da pesquisa documental; ou, em outras palavras, os questionamentos que buscará responder pela análise de dados. É marcada, também, pela elaboração de hipóteses a serem confirmadas (ou não) ao longo da pesquisa. Fazem parte dessa fase: definição de objetivos, construção do plano de trabalho, identificação das fontes e levantamento de hipóteses.
- *Organização do material*: com o intuito de facilitar a interpretação dos dados, visa organizar as informações coletadas. É o momento de definir as categorias que se relacionam com os objetivos elegidos e a criação de fichas documentais para registrar as apurações sobre os dados analisados.
- *Tratamento dos dados*: é a fase final da pesquisa documental. Com os dados já organizados e classificados, o pesquisador irá fazer a análise das informações, momento em que as hipóteses serão confirmadas ou rejeitadas. São ações presentes: inferências do pesquisador, comparações, interpretação e conclusão lógica.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

A metodologia entre o objeto e a técnica de coleta de dados documental:



O **método** serve para orientar a coleta de dados. Vários são os métodos capazes de auxiliar no desenvolvimento de uma pesquisa documental, tais como: histórico, indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, entre outros. Já a **abordagem** pode ser do tipo qualitativa, quantitativa ou mista, por encarar, entre outras coisas, os documentos como ferramentas analíticas.

O **tipo de pesquisa documental** não se confunde com a pesquisa bibliográfica nem com a descritiva, explicativa e exploratória; por mais que ambas possam ser combinadas no escopo de um projeto de pesquisa.

Os documentos que importam à pesquisa documental são aqueles classificados como **primários**: de difícil acesso, brutos, a serem trabalhados e/ou catalogados e analisados. Algo importante no âmbito da pesquisa documental é a **viabilidade da pesquisa, a definição do local e de que fontes serão extraídas as informações**.

Exemplo prático:

Quanto à **coleta de dados**, a proposta tende a tomar a perspectiva **documental** (MYNAIO, 2001) e será realizada entre janeiro de 2023 e março de 2023, pois, para a compreensão do objeto de estudo, é importante ter acesso ao acervo do Ministério da Justiça.

Já o **delineamento da pesquisa** consiste em determinar o **objeto de estudo** a ser investigado, podendo começar com a indicação dos sujeitos da pesquisa, do universo e da amostra/amostragem a ser estudada.

Os **sujeitos** são as pessoas que fornecerão os dados para a realização da pesquisa. Também pode ser o fato ou fenômeno sobre o qual se quer saber algo. O **universo** é o conjunto ou população definida a partir da caracterização/definição da área ou público-alvo. A **amostragem** é a parte representativa do público ou conjunto a ser pesquisado.

Exemplo prático:

O **universo de pesquisa** corresponderá aos processos de requerimento do Ministério da Justiça. E utilizará da **amostragem** não probabilística (GIL, 2019), a partir dos critérios de qualificação elegidos pelo pesquisador. Ao identificar somente os processos que tratam sobre violações de direitos humanos dos povos indígenas no período de ditatorial (1964-1985).

Exemplo prático:

A **delimitação da amostragem** considerará apenas os requerimentos de reparação feitos por indígenas até o ano de 2022.

Exemplo de descrição de uma pesquisa documental:

A **pesquisa documental**, configurada para atuar a partir de documentos do acervo do Ministério da Justiça, viabilizará organizar os processos dos povos indígenas e poderá apresentar reflexões em torno da resistência às forças repressoras, por meio da narrativa testemunhal. Dessa maneira, **a referida técnica de coleta de dados** será utilizada como mecanismo importante, pois possibilitará "organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55-56).

São três as fases que consistem na técnica de coleta de dados documental: **pré-análise, organização do material e tratamento dos dados.**

Exemplo prático:

As fases que configurarão a aplicação da técnica de coleta de dados serão três. Primeiro, (i) a **pré-análise**, que constitui a fase de eleição de questionamentos e hipóteses que buscarão ser alcançadas via análise dos processos sobre povos indígenas presentes no acervo do Ministério da Justiça. Depois, (ii) a **organização do material**, mediante a classificação dos dados a serem interpretados, bem como a definição de categorias que se relacionem com os objetivos da pesquisa. Por fim, na última fase, (iii) o **tratamento dos dados**, no qual o pesquisador fará a análise das informações coletadas, momento em que as hipóteses serão confirmadas (ou não) com base na inferência e interpretação dos dados.

Por fim, este capítulo pôde apresentar um repertório e/ou itinerário de ordem teórico-metodológica sobre como construir um objeto² e uma metodologia diante da técnica de coleta de dados documental.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/47INSn5bRss>



8

Ilzy Gabrielle Soares da Silva

COMO CONSTRUIR UM OBJETO E UMA METODOLOGIA DIANTE DAS IMAGENS E DA ANÁLISE DE CONTEÚDO?

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.8

INDICAÇÕES DE LEITURA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2007

CARVALHO, Mario de Faria. **As performances contestatórias do Coletivo Monstruosas**: exemplificação de transgressão na arte. No prelo, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1990.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa". In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1990

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A fase de elaboração de um projeto de pesquisa exige muita reflexão e autorreflexão. É muito comum se sentir meio perdido com tantas leituras, possibilidades de objetos de pesquisa, dúvidas sobre qual a melhor estratégia metodológica, preocupação com o ineditismo da pesquisa, qual programa escolher, qual orientadora irá nos acompanhar nessa jornada... Enfim, os questionamentos são inúmeros. Por isso é extremamente importante responder algumas perguntas. Esse projeto que pretendo desenvolver faz sentido para minha vida? Meu coração vibra quando penso em desenvolvê-lo ou estou apenas em busca de mais um título? Estou mesmo disposta a encontrar comigo mesma durante esse processo? O que esse projeto de pesquisa diz de mim?

A escrita de um projeto passa por nossas vidas e carrega muito daquilo que somos, daquilo em que acreditamos, da forma como vemos o mundo e, sobretudo, o quanto eu, como cientista, posso contribuir para a melhoria deste mundo do qual fazemos parte. Com isso em mente, precisamos pensar em um projeto que dialogue com quem somos. É preciso que nosso coração vibre, que nos apaixonemos por nossa pesquisa durante seu desenvolvimento. É preciso se imaginar indo a campo, conversando com os sujeitos que irão construir a pesquisa com a gente. E tudo isso é gestado durante a elaboração do projeto.

Depois desse breve conselho de quem passou pelo processo de seleção recentemente, vou considerar que até aqui está tudo certo com a escrita de seu projeto: você já escolheu o programa para o qual irá submetê-lo, pesquisou sobre as linhas de pesquisas e as pesquisas dos professores que fazem parte do programa escolhido, definiu o tema, a pergunta de pesquisa e os objetivos geral e específicos, e agora está pensando em sua estratégia metodológica, certo? Ótimo! Vamos continuar daqui.

Em primeiro lugar, a metodologia deve ser coerente com o projeto. Deve ser pensada como um meio para alcançar os seus objetivos. A metodologia é como um passo a passo no qual, a cada etapa concluída, sua pesquisa vai ganhando corpo e se constituindo como um todo. Por mais que a metodologia cause certo medo nas pesquisadoras iniciantes, com o passar do tempo vamos percebendo que elaborar essa seção do projeto vai ficando menos assustador. Te garanto!

Em segundo lugar, seja qual for o tipo de pesquisa que pretendemos desenvolver, a escolha dos métodos deve ser pensada de acordo com o referencial teórico escolhido para seu projeto de pesquisa. O método ou o conjunto de métodos escolhidos irá guiar suas análises e, conseqüentemente, seus resultados. Se você ainda tem dúvidas sobre qual método utilizar, vale muito a pena perguntar

para alguma pesquisadora mais experiente, que tenha proximidade com a linha de pesquisa que você pretende desenvolver, sobre qual ou quais métodos seriam os mais indicados para o seu projeto. O que não é interessante é indicar o método de análise de forma aleatória, que não conversa com a proposta à qual você pretende submetê-lo, combinado?

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Comentarei um pouco sobre dois métodos de análise: o primeiro, voltado à análise de conteúdo, e o segundo, voltado à análise de imagens. Autoras como Maria Cecília Minayo (2001), Marina Marconi e Eva Lakatos (1990), Laurence Bardin (2007) e Antônio Carlos Gil (1990) apresentam a análise de conteúdo em seus escritos, sendo boas opções para conhecer o método e saber como utilizá-lo. Mas vale uma dica: ao escolher esse método, é interessante que você aprofunde suas leituras para que o entenda bem e tenha segurança na hora de organizar os dados coletados e fazer as análises.

Em linhas gerais, a análise de conteúdo tem como foco o texto em si e é utilizada para organizar e analisá-lo. Dessa forma, não são consideradas as imagens que porventura acompanhem essa produção textual. A coleta de dados pode ser feita a partir de entrevistas, jornais impressos ou televisivos, vídeos com áudio e/ou legendas, entre outros. Depois de coletar todo o material, é hora de organizar a “bagunça”. A aplicação desse método vai ajudar a agrupar as informações nas categorias que você elegeu, levando em consideração o seu referencial teórico e os objetivos de pesquisa. Durante esse processo, é importante se perguntar: o que esses textos coletados revelam sobre o fenômeno que estou estudando?

O método se divide em três etapas: pré-análise (onde, como e qual recorte temporal será considerado para a coleta de dados); exploração (explorar e organizar o material a partir das categorias definidas); e tratamento (interpretação dos dados). Vale lembrar que a análise de conteúdo pode não ser suficiente para que você alcance aos resultados esperados. Por isso, ela pode ser combinada com outro método, para que sua análise fique completa e os objetivos definidos em seu projeto sejam cumpridos. O importante é entender que esse método serve tanto para organizar o material quanto para analisar os sentidos dos termos/palavras do texto. Você pode utilizar planilhas, tabelas e tudo aquilo que possa contribuir para a organização do material e facilitar sua análise posteriormente.

Não esqueça de deixar registrado (seja no computador ou em um bloquinho de papel) os comentários que vão surgindo em sua mente enquanto você está explorando e tratando o material coletado. Esses comentários são valiosos durante a construção do seu texto e, quase sempre, esquecemos de anotá-los, deixando passar essas impressões sobre o que estamos sentindo e percebendo quando em contato com o material coletado.

Comentando sobre projetos que propõem análises de imagem, é importante ter em mente que existem métodos específicos para isso, seja uma imagem parada ou em movimento (vídeos, GIFs, *stories*, *reels*, etc.). Durante a análise de imagem, devemos buscar compreender aquilo que ela nos apresenta explícita e implicitamente. A análise da imagem pode se dar buscando responder algumas perguntas. Para que essa imagem foi produzida? Como as formas se apresentam na imagem? As cores presentes contrastam, harmonizam-se, contam algo a mais? As formas são proporcionais ou existe uma desproporção em relação a algum elemento? A forma como os elementos estão dispostos podem indicar o quê? Quais as texturas presentes?

Esses questionamentos podem ajudar a direcionar nosso olhar de forma mais atenta aos detalhes, àquilo que num primeiro momento pode ter passado despercebido. Outras coisas geralmente levadas em consideração quando se analisa uma imagem são o contexto histórico da artista criadora, se a imagem foi produzida em uma situação específica, se é comercial ou conceitual, entre tantos outros questionamentos que podem contribuir para uma análise mais completa. O importante é que, para além daquilo que foi discutido no referencial teórico e definido nos objetivos, você compreenda que a imagem pode revelar, ainda que implicitamente, questões que podem ser problematizadas.

Finalizando, deixo como sugestão de leitura os artigos de Peter Loizos (2008) e Mario de Carvalho (2019) que trazem métodos de análise de imagem bastante interessantes e permitem ampliar nosso olhar quando estamos diante de uma imagem. E, sobretudo, a dica mais importante de todas: apaixone-se pelo seu projeto de pesquisa! Serão alguns anos de dedicação, e estar apaixonado por ele vai fazer desse trajeto uma viagem muito mais interessante e proveitosa. Desejo boa sorte, e nos encontramos na Pós!

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/UYfJdT20zE>





9

Lucas Leon Vieira de Serpa Brandão

**COMO CONSTRUIR UM OBJETO
E UMA METODOLOGIA
DIANTE DA TÉCNICA
DE COLETA DE DADOS
POR MEIO DA ENTREVISTA
E DA ANÁLISE DO DISCURSO?**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.9

INDICAÇÕES DE LEITURAS

BRANDÃO, Helena. H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. São Paulo: Autêntica, 2007.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Um alerta: este não é um texto comum. É uma carta de um amigo invadido por ideias que tenta dividir um pouco do que sabe sobre os processos de utilização da entrevista e da análise do discurso na metodologia de uma pesquisa, e que tenta sistematizar alguns pontos que, acredito, possam ajudar você nesse percurso.

Inicialmente, gostaria de fazer um pequeno ajuste em nosso caminho: ousarei transformar a pergunta que dá nome a este capítulo em: *como analisar o objeto de pesquisa por meio da entrevista e da análise de discurso?* Afinal, há de se considerar que tudo começa na escolha de um tema que delimita o objeto de nossa pesquisa. A metodologia define como iremos olhar para esse mesmo objeto e, em seguida, como analisaremos seus desdobramentos. Fazer o caminho inverso pode ser um tanto mais trabalhoso, senão impossível.

A título de curiosidade, imaginemos que vamos construir algo e, primeiramente, escolhemos os materiais, as quantidades, as finalidades, para depois escolher se vamos fazer uma casa ou um prédio. É meio improvável, não acha? Assim como acredito ser improvável escolher uma metodologia antes de escolher o objeto. Prefiro acreditar que você conhece seu objeto e acredita que uma entrevista e/ou análise do discurso são importantes para descortinar

esse mesmo objeto, desdobrá-lo e compreendê-lo, encontrando respostas aos seus questionamentos. Dessa forma, vou me deter à tarefa de discorrer sobre como descortinar um objeto de pesquisa por meio da entrevista e da análise do discurso.

É necessário destacar algo que une a entrevista à análise do discurso, e nos é muito caro como instrumento fundamental nessas duas metodologias: a oralidade.

O relato oral ou a história oral, que dão sentido às duas metodologias, mostram-se como aspecto da construção da realidade que não se objetifica, mas que, por outro lado, perde-se facilmente se não transcrito. Contudo, é fundamental para captar o que não está explícito em uma análise. Os relatos orais nos permitem, a partir das narrativas, perceber e compreender as experiências, as vivências, as tradições e a transmissão de saberes, que transcendem todas as formas de saber.

Nesse processo de transmissão de saberes, há dois personagens importantes: o narrador e o ouvinte. Pode existir ainda um intermediário, a pessoa que ouve e transmite para outra aquilo que ouviu, baseado nos próprios interesses. Da mesma forma, muitas vezes o ouvinte-pesquisador se detém aos próprios interesses. Nesse sentido, temos o primeiro ruído da oralidade nas pesquisas que envolvem entrevistas e análise de discurso — levando em consideração que o ouvinte se transforma em pesquisador, que irá considerar as narrativas que considere importantes para execução do trabalho. O segundo ruído consiste em que os detalhes fornecidos pelo narrador, por sua vez, também atendem aos seus próprios interesses.

O terceiro ruído reside na passagem da oralidade a partir de sua transformação em um signo: a escrita. Devemos considerar que a passagem do oral para o escrito pode levar à perda de parte significativa do que foi dito, principalmente pela não observância do

ritmo da fala, pelas expressões ditas, pelas pausas, pelos sentimentos expostos ou pelo contexto a que o narrador está exposto.

Há uma forma de conseguir esses dados orais: a entrevista.

Com isso, faço a seguinte pergunta a ser respondida: qual a finalidade da entrevista em seu projeto ou de maneira geral?

E ensaio uma resposta: produzir e coletar dados sobre os comportamentos, os pensamentos, as histórias de vida. Acessar a subjetividade dos participantes da pesquisa. Descobrir por que determinadas pessoas se comportam de determinada forma, por que fazem o que fazem, por que sentem determinados sentimentos em diferentes situações, o que pensam sobre determinados assuntos, no que acreditam sobre determinado contexto.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Iremos agora tratar de como executar uma entrevista de modo a evitar ao máximo a existência desses ruídos, uma vez que usaremos a oralidade enquanto objeto metodológico. Essa oralidade tem a capacidade de transmitir a existência de vivências e acontecimentos que delineiam as relações. Insere quem narra na coletividade e, da mesma forma, o sujeito na sociedade (e como ela se manifesta no sujeito).

Assim, irei considerar a entrevista como uma técnica de coleta de dados. E como técnica, ela é bastante flexível e adaptável, podendo ser usada nas mais diversas áreas, quando as outras fontes não dão conta de descrever a realidade e como ela se apresenta, ou se ainda assim carecem de maiores informações sobre o objeto.

Dessa forma, a técnica da entrevista apresenta-se como caminho para obtenção de informações sobre o objeto, indo além de seus aspectos objetivos e fornecendo dados relevantes.

Existem diferentes tipos de entrevistas, entre elas a informal, que não possui uma estrutura prévia de perguntas (ou seja, a entrevista que segue como uma conversa); a focalizada, que segue como uma conversa, mas restrita a determinado tema; e por pautas, que tem uma leve estruturação e vai passando de ponto a ponto a partir de perguntas prévias.

Há, ainda, a entrevista semiestruturada, que garante uma conversa ao mesmo tempo que segue uma relação fixa com perguntas-chave, que mantém um padrão ao serem feitas a mais de um participante. Sobre esse tipo de entrevista, tentarei indicar um passo a passo.

Um primeiro ponto a se considerar em uma entrevista semiestruturada é o processo de elaboração e testagem das perguntas. É no começo dessa estruturação que questionamos as próprias perguntas da entrevista: "o que você quer dizer?"; "que informação você me dará?" Responder essas perguntas permitirá criar um sentido resolutivo ao seu problema de pesquisa e evidenciará se a pergunta que quer fazer é importante ou não na entrevista. Uma dica importante é que, depois de construir as perguntas da entrevista, você poderá aplicá-las aos colegas, percebendo se as perguntas estão de acordo ou não com o público pesquisado e se a resposta é condizente com a pergunta.

Um segundo ponto importante é que as perguntas evitem termos técnicos, a depender de determinado público. Imagine que você vai pesquisar a relação entre o analfabetismo e o mercado de trabalho junto a um público sem acesso à educação formal. As perguntas sobre essa relação não podem conter palavras dúbias ou que dificultem as respostas. Opte, portanto, por palavras usuais, do dia a dia.

A terceira dica versa sobre a realização da entrevista. A escolha do espaço deve ser confortável para todos os participantes e garantir a qualidade da gravação para, posteriormente, assegurar uma transcrição fiel do que foi dito. Neste momento, chamo a atenção que a entrevista precisa seguir critérios éticos — daí a importância de passar por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Entre os critérios definidos pelo CEP está a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garante que todos os direitos dos participantes serão preservados.

Como quarto ponto, devemos considerar a transcrição da entrevista. Essa parte técnica, que parece ser simples, é a tarefa que considero requerer mais atenção e memória. Considerando uma transcrição naturalista, cada palavra, cada som, cada comportamento, cada sentimento e cada pausa são transcritos integralmente. Isso permite uma maior compreensão das intenções do que foi dito (veremos a importância disso quando falarmos, mais à frente, sobre análise do discurso). Oriento a manter um diário sobre as entrevistas, pois isso permite lembrar o que não foi dito durante as entrevistas, os desconfortos. Há quem opte por transcrever as entrevistas de modo não naturalista; nesse caso, somente as informações concedidas são importantes.

O último ponto diz respeito à análise dos dados. Nessa fase, podemos fazer a confrontação entre o que foi dito e a literatura; encontrar concordâncias e divergências.

Uma das formas de analisar essas informações é pela análise do discurso, sobre a qual discorro a seguir de forma mais diretiva, já informando que tal análise não detém sobre si uma metodologia, uma forma única a ser seguida. A análise do discurso pode ser ainda mais ampla, mas aqui trago pontos principais visando como executá-la.

Começamos estabelecendo o que é discurso.

Discurso pode ser considerado como o que é dito, o que é falado.

Na análise do discurso, o discurso é onde a língua ganha sentido.

Contudo, para haver um discurso, deve ser acrescentada a ideologia. É dessa relação entre língua, sujeito e ideologia que emerge um discurso. Ou seja, o que é falado não vem do nada; segue a posição que os sujeitos ocupam, as palavras que escolhem e o sentido dado.

Logo, a análise do discurso discorre sobre a interpretação do que foi/é dito. Tenta-se examinar as posições dos narradores em determinados contextos, que também podem ser descobertos pela análise; os lugares que ocupam e porque falaram o que falaram; e o sentido dado. De forma didática: é como descascar algo até chegar ao seu eixo principal.

Mas há um porém. Como na oralidade, existem o narrador e o ouvinte. Na análise do discurso, há o sentido dado por esses sujeitos — o sentido pretendido e o sentido produzido (o que é um tanto complexo).

Quando falamos, damos um sentido à língua — esse é o sentido pretendido. Quando ouvimos, damos outro sentido à língua/fala — esse é o sentido produzido.

Nesse mesmo aspecto, devemos considerar a condição de produção do discurso. Peguemos como exemplo o livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Para uma excelente análise — e até mesmo compreensão dessa obra —, devemos localizar o que é dito dentro do contexto, por quem é dito, sua posição social e qual o objetivo de suas falas.

Cabe, ainda, à análise do discurso considerar as condições de produção do que foi dito, levando em consideração que a essência do narrador é interpelada por fatores sociais, culturais e históricos. Ou seja, para além do que é falado, existem outros fatores que levam o narrador a utilizar determinadas palavras e aplicá-las ao contexto das perguntas.

Por outro lado, temos o ouvinte. E o papel de ouvinte nunca é neutro; afinal, carrega seus atravessamentos sociais e culturais, além dos contextos em que está inserido. É um sujeito historicamente construído, mas que deve construir um espaço de análise sem que suas construções pessoais nela interfiram.

Ao finalizar a análise das entrevistas, e aqui utilizando a análise do discurso, deve-se atentar à descrição minuciosa e às decisões tomadas durante a condução das entrevistas, a partir das orientações teórico-metodológicas adotadas na construção do método.

Por fim, espero que essas pequenas orientações relacionadas à construção da entrevista e da análise do discurso despertem a vontade de se aprofundar nesses dois métodos de compreensão do objeto.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/OfdPYuG7bb8>





10

Rita di Cássia de Oliveira Angelo

MINHA PROPOSTA SEGUE UM PADRÃO ÉTICO DE PESQUISA CIENTÍFICA?

**DISCUSSÕES SOBRE
A SUBMISSÃO DE UMA
INVESTIGAÇÃO EM UM COMITÊ
DE ÉTICA EM PESQUISA**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98591.10](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98591.10)

INDICAÇÕES DE LEITURAS

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** - Versão 1.0. Brasília: CONEP/CNS/MS, 2020. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quando pensamos em dar continuidade aos estudos e fazer um curso de mestrado ou doutorado, uma tempestade de ideias chega imediatamente à cabeça. O que pesquisar? Como pesquisar? A pesquisa será com seres humanos? Preciso submeter minha proposta de pesquisa à análise ética? Se as respostas às duas últimas perguntas foram “sim”, logo vem o receio da submissão da proposta de pesquisa ao sistema CEP/Conep.

O sistema CEP/Conep é formado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). A Conep é a instância máxima de análise ética de protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, enquanto os CEP são as instâncias regionais.

A Conep analisa protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais, como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional) e pesquisas propostas pelo Ministério da Saúde. Os CEP são responsáveis pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade, constituindo-se em primeira instância para todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Como saber se a minha proposta segue um padrão ético de pesquisa científica? É preciso entender que a tomada de decisões nas pesquisas envolvendo seres humanos deve seguir quatro princípios fundamentais: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Portanto, ao pensar numa proposta de pesquisa devemos fazer as seguintes reflexões:

- A minha pesquisa respeita a autonomia do participante? Ou seja, a liberdade do participante de pesquisa em consentir ou não a sua participação está sendo respeitada?
- A minha pesquisa pondera riscos e benefícios ao participante?
- Existe a garantia de que danos previsíveis ao participante da pesquisa serão evitados?
- A pesquisa tem relevância social? Existem vantagens diretas ou indiretas ao pesquisado e à sociedade? Existe minimização do ônus para os vulneráveis?

PARA SER ÉTICA, a pesquisa tem de respeitar todos os direitos do participante (anteriormente chamado "sujeito da pesquisa"), de forma a garantir sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade e assegurando sua vontade de contribuir e permanecer (ou não) na pesquisa por meio de manifestação expressa, esclarecida e livre.

A partir do desenho inicial do problema de pesquisa, é preciso refletir se a proposta respeita e garante os direitos dos participantes.

E como saber quais são esses direitos? Conhecendo documentos importantes e que vão ajudar na escrita do projeto de pesquisa no que diz respeito aos aspectos éticos:

- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 — assegura os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à sociedade e ao Estado. Todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverão atender a essa resolução.
- Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 — dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.
- Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa — publicada em 13 de julho de 2020, é direcionada aos participantes de pesquisa e aos pesquisadores, e apresenta os direitos e deveres de cada um.

De que forma devo contemplar os direitos dos participantes em meu projeto de pesquisa? Na metodologia do projeto (subitem “Aspectos Éticos”), bem como no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

PARA SER ÉTICA, a pesquisa precisa ponderar riscos e benefícios, conhecidos ou potenciais, individuais ou coletivos, garantindo o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos.

Ao escrever a proposta de pesquisa é preciso ponderar todas as possibilidades de danos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais ao ser humano, em qualquer etapa da pesquisa. Entende-se por danos os agravos imediatos ou tardios,

individuais ou coletivos, com comprovação direta ou indireta de que decorreu do estudo.

No tocante aos benefícios, a pesquisa deve contribuir, individual ou coletivamente, para a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais e culturais. Além disso, deve cooperar para um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

PARA SER ÉTICA, a pesquisa deve ter relevância social, ou seja, deve garantir igualdade dos interesses envolvidos e não perder sua missão sócio-humanitária.

Como e onde, na minha proposta, devo considerar os riscos e benefícios da pesquisa aos participantes? Na metodologia do projeto (subitem "Aspectos Éticos"), bem como nos textos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Para desenhar uma proposta que contemple os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, é necessário ter conhecimento das resoluções e documentos que regem a ética em pesquisa no Brasil. Considera-se pesquisa envolvendo seres humanos (PESH) toda pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou em partes, de forma direta ou indireta, incluindo manejo de dados secundários, informações e material biológico.

Compete ao sistema CEP/Conep a análise ética dos protocolos de PESH. Mas o que é um "protocolo" de pesquisa? É a mesma coisa que "projeto" de pesquisa?

O protocolo de pesquisa é o conjunto de documentos com a descrição metodológica da pesquisa (o projeto em si), documentos relativos ao participante da pesquisa (termos de consentimento e/ou de assentimento), informações relativas a todas as instâncias responsáveis pela pesquisa e informações sobre a qualificação dos pesquisadores (currículo).

Quem são as instâncias responsáveis pela pesquisa?

- Organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, à qual o pesquisador responsável está vinculado. Exemplo: instituição de ensino superior na qual o(a) estudante está realizando o curso de mestrado.
- Pessoa responsável pela coordenação da pesquisa e corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes. Exemplo: o(a) docente orientador(a) do mestrando(a) ou o(a) próprio(a) mestrando(a).
- Pessoa física ou jurídica que apoiar financeiramente a pesquisa. Exemplo: empresas privadas ou órgãos de fomento como CNPq, Fapece.

O protocolo a ser submetido à análise ética somente será apreciado se for apresentada toda a documentação solicitada pelo Sistema CEP/Conep, consideradas a natureza e as especificidades de cada pesquisa.

A Plataforma Brasil (<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>) é o sistema oficial de submissão de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/Conep. Para submeter um protocolo de pesquisa, é necessário ter cadastro na Plataforma Brasil, o que é facilmente realizado após acessar a plataforma e clicar em “Cadastre-se”, no canto superior direito da página.

Quais os documentos que preciso providenciar para submeter meu protocolo de pesquisa?

- PROJETO BROCHURA: projeto de pesquisa contendo breve e atualizada introdução ao problema de pesquisa, justificativa, hipótese ou pergunta condutora, objetivos, descrição detalhada do método empregado na pesquisa (desenho do estudo, local da pesquisa, população e amostra, critérios de elegibilidade, instrumentos de pesquisa, procedimentos e operacionalização, plano de análise de dados), aspectos éticos (riscos e medidas protetivas, benefícios, devoluta e divulgação dos resultados), cronograma, orçamento e referências bibliográficas.
- CRONOGRAMA: informa a duração total e das diferentes etapas da pesquisa. Deve contemplar o período de submissão e análise ética pelo CEP (90 dias).
- ORÇAMENTO: apresenta detalhadamente todos os custos de pesquisa, inclusive os possíveis custos com os participantes (vide Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa).
- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: descreve detalhadamente cada instrumento de pesquisa na metodologia do projeto. Caso sejam instrumentos já validados por outros autores, é preciso anexá-los ao protocolo de pesquisa.
- TCLE (TALE — quando necessário): os termos devem apresentar de maneira clara e objetiva todos os direitos do participante de pesquisa; quais os objetivos e procedimentos, riscos e benefícios, além das medidas protetivas. Devem ser escritos na forma de convite e em linguagem acessível e adequada ao participante. O TCLE é o termo aplicado aos participantes adultos e representantes legais; enquanto o TALE é o termo aplicado aos menores de 18 anos. Para maiores esclarecimentos, consulte as Resoluções 466/2012 e 510/2016. Ambos os termos não devem ser assinados previamente nem pelo participante nem pelo pesquisador.

- CURRÍCULO LATTES DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: atualizado nos últimos 90 dias.
- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE: termo assinado por todos os integrantes da equipe de pesquisa registrada na Plataforma Brasil. O texto contempla uma declaração do pesquisador responsável garantindo o sigilo dos dados pessoais coletados. O termo deve estar datado dentro dos últimos seis meses e as assinaturas não podem ser imagens coladas.
- ANUÊNCIA: termo emitido pela instituição em que a pesquisa será realizada, dando anuência ao pesquisador responsável para executá-la. O texto também pode dar anuência à equipe de pesquisa para acesso institucional (apenas a equipe cadastrada na PB). Deve conter o timbre da instituição, bem como endereço e/ou CNPJ. O termo deve ser assinado e carimbado pelo responsável da instituição e estar datado dentro dos últimos seis meses. As assinaturas não podem ser imagens coladas.

DICAS DE OURO

- As informações nos termos devem ser as mesmas contidas no projeto de pesquisa e na Plataforma Brasil;
- Se o projeto de pesquisa é em área temática especial (genética humana; reprodução humana; equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no país; novos procedimentos terapêuticos invasivos; estudos com populações indígenas), é preciso contemplar 150 dias de análise ética no cronograma — 90 dias de análise no CEP e 60 dias de análise pela Conep;
- Se o projeto é na área de Ciências Humanas e Sociais, além da Resolução 466/2012, o projeto deverá seguir também a Resolução 510/2016;

- Todos os termos obrigatórios devem informar as resoluções e cartas circulares que regem o projeto de pesquisa;
- Na Plataforma Brasil existem documentos importantes, de acesso gratuito, que ajudarão na adequação da proposta de pesquisa, como o Manual do Pesquisador e o Manual de Orientação, com as pendências documentais mais frequentes;
- Na dúvida, sempre consulte as resoluções principais!

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/f6tuCVXqv0o>





11

Luís Massilon da Silva Filho

E SE EU NÃO CONSEGUIR ESCREVER?

**DISCUSSÕES SOBRE
O BLOQUEIO DE ESCRITA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.11

INDICAÇÕES DE LEITURA

CLARETO, Sônia Maria; VEIGA, Ana Lygia V. S. Uma escrita de muitos ou uma escrita em travessia. *In*: CALLAI, Cristiana; RIBETTO, Anelice. **Uma escrita acadêmica outra**: ensaios, experiências invenções. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 31-47.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 10-73. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MACHADO, Leila Domingues; ALMEIDA, Laura Paste de. Notas sobre escrever [n] uma vida. *In*: CALLAI, Cristiana; RIBETTO, Anelice. **Uma escrita acadêmica outra**: ensaios, experiências invenções. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 75-85.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 621-623, maio/ago. 2009. DOI 10.1590/S0104-026X2009000200019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QSIJ5dMTjPTMJhLtwgc/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 36-51, 24 jul. 2019. DOI 10.26512/les.v20i2.23381. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/23381#:~:text=A%20partir%20de%20uma%20abordagem,surgem%20como%20um%20acontecimento%2C%20provocando>. Acesso em: 18 jan. 2023.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida; SALLAS, Ana Luísa Fayet. O controle das emoções na escrita acadêmica e seu impacto na relação do indivíduo com o trabalho intelectual. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 654-676, dez. 2019. DOI 10.12957/irei.2019.47261. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/47261>. Acesso em: 18 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O prazer de escrever é um processo que deve estar alinhado ao ato de criação, não somente do texto em si, mas também da pessoa do escritor, que pode se tornar um agente da compreensão e expressão de narrativas pessoais e sociais. Nossa intenção aqui se destina a tratar da construção de um agente de narrativas do/ sobre/com o mundo. Escrever sobre as realidades postas presume um alinhamento com a dimensão poética, sensível, de como enxergamos as situações que nos atravessam, que nos impelem a querer escrever a respeito.

Para isso, é muito importante que, a partir do que sentimos, intuímos, experienciamos e corporificamos, possamos refletir sobre temas variados e discorrer sobre essas temáticas de modo a produzir conhecimentos novos a partir dessa reflexão do cotidiano. Essa atitude se caracteriza como um caminho para a elaboração de boas narrativas a fim de constituir tessituras, alinhamentos e conexões com a realidade. Escrever com e não somente escrever sobre ou para o que olhamos. Ter a percepção de que podemos, por meio da experiência emocional e corporal dos acontecimentos que nos movem, alcançar transformações da escrita.

Assim, o que propomos pela atuação neste projeto é trazer reflexões a partir de alguns pontos norteadores que possam re-vol[u]-ver, en-vol[u]-ver a escrita até então concretizada como estática, bloqueada, inibida e passar ao reconhecimento de que essa potencialidade pode ser movimentada, instigada, evoluída e possibilitada ao ponto de se materializar dentro das referências acadêmicas.

Primeiramente, torna-se necessária uma autoanálise reflexiva sobre como se deram nossas aprendizagens de leitura e escrita e como se constituíram as modalidades de aprendizagem que

integram nosso desenvolvimento cognitivo. Até que ponto escrever é uma dificuldade? Que aspectos (sociais, psicológicos, afetivos, psicomotores, educacionais/escolares) inerentes à aprendizagem influenciam a instituição e permanência de possível bloqueio? Seria mesmo um bloqueio ou seria acomodação, resistência em praticar a escrita, algo sempre muito distante do que vivenciamos?

Com as respostas a essas reflexões, podemos buscar um trabalho contínuo e sistemático, em seu devido ritmo de tempo e produção, mas em movimento, de modo a quebrar limitações tais como os pensamentos repetitivos e argumentadores de que não somos capazes para tal exercício. Estarmos abertos a novas possibilidades e nos permitir tentar são premissas para que o alcance de uma escrita seja efetiva e estabelecida em continuidade. Seja! Escreva!

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

O que é escrever? Expressar-se por meio da escrita é ter noção de uma infinidade de possibilidades. Uma delas é a escrita acadêmica, que tem sido revista dentro de parâmetros estabelecidos por normas enrijecedoras, assim ganhando espaço para se consolidar ante às várias possibilidades de se constituir. Uma delas é a escrita do “eu”, a “escrevivência” de mim, que nos faz compreender que a escrita pode ser pessoal, artística, emotiva, intuitiva, livre, subjetiva, metafórica, expressiva.

Uma atividade de grande relevância no enfrentamento desse bloqueio é tornar possível uma escrita sobre situações vivenciadas no cotidiano de maneira a exercitar a dissertação sobre a temática vivenciada. Em seguida, descrever os fatos ocorridos em tal situação e desenvolver uma narrativa de nossas percepções, sensações, sentimentos e pensamentos gerados ante essa vivência.

Partir para essa prática nos coloca em condição de escritores de si, uma “escrevivência” que estabelece reconhecimento de nossa capacidade cognitiva, afetiva, social e literal.

Outro ponto a refletir é que a escrita acadêmica tem se permitido visualizar relações sociais, contextos da cotidianidade, problemas das vivências pessoais e, conseqüentemente, a expressão da relação da pessoa que escreve com o seu texto e a sua realidade. A experiência individual pode ganhar notoriedade na escrita. Há espaço para entrar no seu texto, dar vazão ao que nos atravessa e não apenas se portar como um transmissor de referências de autores estabelecidos no campo científico. Quem escreve na academia deve se mostrar, deve se fazer visível pelo que sente, pense, vive e corporifica.

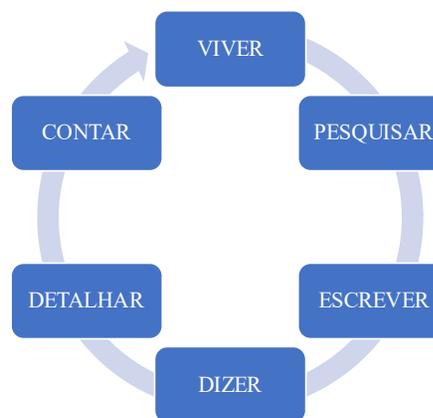
O que nos causa receio (ou bloqueio, como queira denominar a situação vivenciada na escrita) é essa condição imposta e rigorosa de seguir certos trâmites configurados como normas intransponíveis. Isso nos coloca em uma condição de aprisionamento, de impotência por nos considerarmos inaptos a dar respostas aceitáveis a essas normatizações dominantes e castradoras de nossos processos criativos e experienciais.

Escrever academicamente sempre foi visto como elaboração de produtos em que as subjetivações/subjetividades não poderiam estar visíveis na construção de uma gramática libertadora, mas como caminhos a serem seguidos pelo que diversos autores preconizam como científicos, acadêmicos e técnicos. Pensemos, então, que há alternativas de promover quebras nessa sistematização, em que nossa escrita seja libertada e recheada daquilo que nos subjetiva, nos identifica e nos socializa com os produtos simbólicos que consideramos necessário estarem presentes em nosso escrever, em nosso “escreviver”.

A escrita antes obstruída pode então, pela autoconfiança, pela autoaceitação, pelo senso de alteridade composto na interação com o outro, desenvolver-se a partir de processo social atrelado a nossos processos individuais (emocionais, cognitivos, afetivos, motivacionais). Outra alternativa de crescimento da condição de escritoras é que possamos nos permitir compartilhar nossas emoções advindas da insegurança, da vergonha e do medo, e que reduzem a nossa confiança e baixa autoestima ao escrever. Ter a oportunidade de dividir nossa escrita com alguém de confiança pode propiciar a superação dessa situação conflitiva e momentânea, para deixar surgir, ou melhor dizendo, permitir emergir o potencial criativo de deixar-se ir, deixar-se escrever, "escreviver".

Para deixar-se ir, permitir-se escrever, entregar-se ao de-linea-mento do pensamento em linhas e folhas, indicamos o seguinte processo:

Escrever é:



- Nossa escrita se constitui em VIDA. Escrever é VIVER, e no momento histórico que vivemos, a imediatez nas respostas e nos processos envolvidos de tantas atividades cotidianas têm

caracterizado as pessoas como frágeis na suportabilidade da dor (corpo/alma/ser). Muitas ações exigem de nós desempenho múltiplos que colaboram para o surgimento de comportamentos/attitudes causadores de bloqueios para a escrita: tédio, angústia, medos, insatisfações, incompletudes. A dica é para que possamos viver afetos e virar a chave para o bem-estar psicossocial e emocional.

- Tenhamos uma base de leitura. Pesquisa, estudo, investigação, ver o que já existe de escrito sobre... Escrever é PESQUISAR, e o que nos é ensinado quanto a esse aspecto é que a escrita e a pesquisa devem ser voltadas para a experimentação. É fundamental que reconheçamos a importância de olhar para as nossas experiências, em que essa consciência nos incita a exercitar outros modos de pensar, de inventar sentidos para quem somos, para o que queremos, para ter compreensão do que temos feito em/de nossas vidas, em/de nossos trabalhos, em/de nossas escritas.
- Vamos abrir espaço para nossa escrita surgir. Não se aprende a escrever se não escrevemos. Escrever é ESCREVER, escrever aquilo que está em nós, aquilo que diz respeito aos acontecimentos vividos, aos acontecimentos pesquisados, observados, à imanência do ato de escrever, em que podemos recolher palavras, narrativas que digam, que falem da experiência, do que vivemos no percurso de nossas interações.
- Digamos o que pensamos e sentimos em formato de palavras escritas. Escrever é DIZER sobre a vida. Promover a escrita da vida que vivemos, externalizar a criação de mundos onde seja dito, em linhas textuais, aquilo que não conhecemos ou não conseguimos dizer oralmente. Dizer sobre a vida repleta de incongruências, irregularidades, caos e desordens, silêncios e barulhos, fluxos e ciclos. Dizer do nosso corpo que está em

processo e está refletido em nossa escrita. Meu corpo está escrito, tem escrituras e tanto escreve como está nas linhas por nós escritas. Os corpos se processam no/do encontro, e conseguimos refletir isso por meio da escrita.

- Sejam os detalhes. Eles contam muito para a nossa escrita. Enriquecem. Escrever é DETALHAR. Precisamos reconhecer a potência do detalhe, pois há uma demonstração de uma escrita atenta, de uma atenção fluante, aberta a tudo que nos circunda. É, portanto, nos detalhes que se configuram as linhas que costuram e tecem a nossa escrita. Também é RETALHO, pois em cada pedaço, em cada detalhe imprimo noções de mim, do meu costurar, do meu escrever, do meu “escreviver”. Entender que acasos estão nos acontecimentos e nos atingem, movimentam os fluxos, trazem pequenas, novas ou até mesmo repetidas cenas, mas cenas mínimas dizem muito na composição de um cenário maior. A escrita é isso: detalhar minimamente pequenas cenas do viver.
- E que possamos contar aquilo que nos atravessa, nos perpassa, nos incide, nos afeta. Escrever é CONTAR. Contemos sobre nossas vidas. Há mudanças cotidianamente, a vida muda a cada experiência. Contemos sempre — escrever sobre nós, experiências e narrativas que tragam à tona os acontecimentos e arranjos que nos situam na vida. A vida é vida-fragmento. Narrar esses fragmentos é parte da nossa escrita. Temos de narrar aquilo que nos escapa. Essa é a condição para que nossa escrita faça história.

Por fim, estejamos atentas, atentos e atentes à condição de que inicialmente o processo de escrita, a criação, é um momento de solidão. A solidão da página branca, o ponto de partida para que a nossa narrativa transponha o lugar do pensamento para o lugar da escrita onde a construção do enredo de nossas histórias se mostre pelo,

com o que somos e atravessamos. Caminhos podem ser desvelados, revelados, desenhados pelo deixar-se ir, deixar-se escrever por meio de nossas próprias ferramentas e modalidades de aprendizagem. Desconstruir as celas dos aprisionamentos dados e explicitar as cenas de nossas experiências dadas. Vejamos um percurso:

- Fazamos uma escritura textual nascente de uma página em branco a partir do que somos, das nossas leituras, nossas experiências e vivências, nossas interações, nossas sentiências da realidade, do viver, do dizer, do contar, do detalhar, do movimentar, do mobilizar, de escrever aquilo que está escrito, inscrito em mim, em nós, no outro, na vida.
- Sintamos mais segurança ao sabermos que não estamos sós no pós-escrito, mas a produção precisa ser compartilhada, precisa de olhares outros que venham endossar, comprar a ideia, fortalecer a escrita de mim.
- Permitamos a compreensão que se tornará a nossa escrita um trabalho de mãos diversas, com experiências e histórias outras que podem confluir para dentro do que é nosso.
- Fazamos acontecer o encontro, os encontros que nos permitirão ganhar mais autoconfiança e certeza de que nossas narrativas podem/devem ser expressas.
- Passemos a acreditar que possamos ser cada vez mais seres narrativos, seres da experiência que compõe nossa subjetivação e que tenhamos uma escrita interposta pela construção do que somos, do que pretendemos expor com nosso pensamento e nossa narrativa.
- Acreditemos que temos em nossa composição a mesma pele que vive, que se forma, que se narra e que, assim, constrói-se.
- Desse modo, devemos crer que somos histórias entrelaçadas e caminhos estabelecidos por nós mesmos. O sujeito de

formação é o sujeito de vida. O sujeito que escreve (eu, você, o outro, nós, a vida...) é o sujeito que narra a vida, que narra a si.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/k8kenETetFM>





12

Maria Rita Barbosa Piancó Pavão

PRECISO DE UM BOM CURRÍCULO?

CONVERSA SOBRE
A ORGANIZAÇÃO
E COMPROVAÇÃO
DO CURRÍCULO LATTES

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.12

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Acredito que sejam poucas as pessoas que, interessadas em ingressar na pós-graduação, não tenham ouvido falar, ainda que timidamente, em Currículo Lattes. Afinal, é comum que as seleções de mestrado e doutorado sinalizem o envio do respectivo currículo ora como requisito para habilitação da inscrição, ora como etapa eliminatória ou etapa classificatória. Em qualquer dos casos, a montagem do Currículo Lattes devidamente comprovado tem sido uma das atividades mais temidas quando perguntamos sobre os processos seletivos em geral. Este capítulo se destina, justamente, a contribuir para que a etapa seja cumprida com maior leveza e eficácia, uma vez que são igualmente comuns relatos de equívocos relacionados à sua elaboração.

Antes de mais nada, é de extrema importância apresentar — quase defender, diria — a Plataforma Lattes. Ela não se confunde com o Currículo Lattes, embora este esteja contido naquela. A Plataforma Lattes é mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão máximo de promoção e financiamento de pesquisas científicas, e representa um sistema de hospedagem de currículos acadêmicos, instituições de ensino superior e grupos de pesquisa devidamente registrados.

Por sua vez, o Currículo Lattes pode ser criado, atualizado e acessado na Plataforma Lattes e consiste em um currículo de natureza acadêmica genuinamente brasileiro. Enquanto o *curriculum vitae* tem como destinação específica o registro da atuação profissional e da formação com vistas à ocupação de cargos empregatícios, o Currículo Lattes se destina ao registro das atividades acadêmicas integradas à formação superior e à pós-graduação. Entre os currículos acadêmicos mantidos pelos governos dos demais países, considera-se o Currículo Lattes como o mais completo — consequentemente, o mais complexo. Ou seja: tudo cabe no Lattes, mas nem tudo deve entrar no Lattes!

Não teríamos espaço neste livro para tratar de todos os aspectos que importam às pessoas que desejam ingressar na pós-graduação e estão “experimentando” o Currículo Lattes. Assim, tentarei partir dos questionamentos mais recorrentes feitos a mim para indicar alguns caminhos. Na primeira parte do texto, voltado ao preenchimento propriamente dito na plataforma, não há muita margem para discricionariedade, tendo em vista que as dicas a serem dadas buscam associar determinadas atividades à forma mais correta de inclusão das mesmas. Num segundo momento, debruçar-me-ei sobre o processo de juntada dos documentos comprobatórios ao Currículo Lattes — na grande maioria dos editais, o arquivo comprobatório exigido é formado pelo Currículo Lattes e pelos documentos que comprovam cada uma das atividades pontuáveis e previamente nele inseridas — para dar dicas que podem ajudar a diminuir a carga de trabalho decorrente dessa etapa. Tais dicas podem ser total ou parcialmente desconsideradas; portanto, fiquem à vontade para analisar as opções mais favoráveis.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Sobre a organização do Currículo Lattes

Os pontos a seguir serão nomeados de maneira a indicar o passo a passo para chegar à seção relacionada a cada uma das dicas. O objetivo é que você associe as atividades para as quais tem documentos comprobatórios às respectivas zonas existentes no Currículo Lattes e saiba como preenchê-las corretamente. Atenção para o fato de que todos os caminhos indicados somente serão revelados após o ingresso na conta cadastrada, ou seja, quando selecionada a opção “Atualizar currículo”, na página inicial da Plataforma Lattes.

Antes de mais nada, lembre-se: **somente insira no Currículo Lattes as atividades das quais você tem comprovação (certificados/declarações/documentos oficiais/material já publicizado)**. São esses documentos para os quais deverá dar preferência na hora de montar o arquivo comprobatório.

- Dados Gerais | Texto Inicial do Currículo Lattes

Também pode ser encontrada em *Resumo*, na primeira página após o acesso, logo abaixo do nome, o endereço para acesso à versão pública do currículo e das datas de atualização e publicação. A função do resumo é apresentar brevemente o perfil da/do pesquisadora/pesquisador no espaço acadêmico. São muitos os equívocos geralmente cometidos na hora do preenchimento, entre os quais destaco a incompreensão da natureza do texto em *Resumo* e a desordem quanto à aparição das atividades.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o *Texto Inicial* deve ser objetivo e conter apenas a formação acadêmica da/do pesquisadora/pesquisador e algumas das **atividades atuais**, não sendo indicado mencionar atividades concluídas ou vínculos não mais existentes. Lembre-se de que o Currículo Lattes é muito bem dividido nesse sentido, de forma que há seções específicas para cada uma das atividades relacionadas ao trajeto acadêmico. No interior de algumas das seções primárias (aquelas localizadas na parte superior), podemos encontrar subseções que estendem o rol a “outras atividades”, quando não houver menção direta à natureza da atividade pretendida. Assim, o registro da trajetória é feito em toda a extensão do currículo, e as pessoas que queiram acompanhar tal trajetória não se limitam ao resumo para tanto. Isso quer dizer que, certamente, o *Resumo* será a aba mais modificada durante a existência do currículo, uma vez que o ingresso em novos vínculos ou a realização de novas atividades deve ser contemplado no texto.

Em segundo lugar, há uma espécie de “estrutura tácita” indicada para um bom preenchimento do *Resumo*. Sugiro que seja atendida a seguinte ordem quando realizado o preenchimento:

1. Formação acadêmica (graduação, especialização, mestrado e doutorado), cuja ordem de aparição deve respeitar o nível hierárquico da formação. A menção deve ser acompanhada pelo nome da instituição que expediu ou que irá expedir o título, em extenso e com referência à respectiva sigla.
 2. Participação em grupos de pesquisa, cadastrados ou não no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Cuidado para não confundir com projetos de pesquisa, pois estes não devem aparecer aqui.
 3. Participação em projetos de extensão. Cuidado para não confundir com cursos de extensão, que devem ser inseridos em outro local.
 4. Atuação enquanto docente do ensino superior, seguido pela atuação no ensino básico (quando houver).
 5. Outras atuações profissionais (remuneradas ou não).
 6. Áreas de interesse na pesquisa, identificadas por meio de três a cinco palavras-chave. As palavras escolhidas devem ser o mais específicas possíveis, considerando as temáticas inseridas no interior das grandes áreas do conhecimento.
 7. E-mail para contato. Caso você possua e-mail institucional, dê preferência a esse.
- Atuação | Atuação profissional

Nesta seção do Currículo Lattes, trabalharemos com as categorias *vínculo* e *atividades*. É de suma importância saber diferenciá-las. O vínculo diz respeito às relações, empregatícias ou não, com as instituições. Por exemplo, as pessoas que estudam em

determinadas instituições de Ensino Superior mantêm vínculo com elas, e essa informação deve constar tanto em *formação acadêmica* quanto em *atuação profissional*. No interior dos vínculos, podemos realizar inúmeras atividades, todas estritamente relacionadas àqueles, como a participação em comissões e consultorias, as de pesquisa e extensão, as de monitoria, etc.

Isso supõe dizer que, quando estivermos inserindo alguma relação com determinadas instituições, precisamos analisar previamente se a informação diz respeito a um vínculo ou a uma atividade cumprida/exercida no interior de um vínculo maior. **Somente haverá o cadastramento de mais de um vínculo relacionado a uma mesma instituição quando:** 1. a natureza do vínculo for distinta e tiver havido modificação (vínculo encerrado para surgimento de um novo) ou associação (vínculo novo e vínculo anterior permanecem ativos); 2. advier tempo transcorrido entre o novo vínculo e o vínculo anterior (retomada de vínculo, com natureza igual ou diferente do vínculo anteriormente encerrado).

Uma outra observação deve ser feita às pessoas que exercem função de docência. Em se tratando de docência no ensino superior, a inclusão das atividades de *ensino* no interior do vínculo com a instituição deve ser feita semestre a semestre (mesmo que haja permanência das disciplinas ministradas). Quando se tratar de docência no ensino básico, cada atividade de *ensino* deve estar relacionada ao período anual letivo.

- Eventos | Participação em eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas

Na aba *Participação em eventos*, somente devem ser inseridas as atividades nas quais você participou como **ouvinte** e tenha documento comprobatório nesse sentido. Não devem ser inseridas aqui a participação como palestrantes, apresentadoras/es de trabalhos científicos, cursistas e demais formas de participação que não a anteriormente mencionada. Atenção para o seguinte:

os cursos, os minicursos, as oficinas e os cursos de extensão, mesmo que ofertados no interior de um evento científico e desde que haja certificados individuais, devem ser mencionados na aba de formação complementar (Formação — Formação complementar), não enquanto participação em eventos.

Sobre a montagem do arquivo comprobatório

A primeira consideração sobre os documentos no arquivo comprobatório não poderia ser outra: **verifique sempre e repetidas vezes o edital de abertura do processo seletivo.** Nele você encontrará todos os requisitos exigidos pelo respectivo programa de pós-graduação para construção e envio do arquivo. Abaixo, sintetizarei os que verificamos com maior recorrência, para te ajudar no cumprimento deles. Saliento, entretanto, que cada edital é único e provavelmente haverá variações e acréscimos ao pontuado neste texto.

Geralmente, os editais solicitam que os documentos apareçam logo em seguida ao Currículo Lattes, em arquivo único. Dessa maneira, recomenda-se que você salve sempre o currículo atualizado na versão PDF e não esqueça de unificar ambos os arquivos (o do Currículo Lattes e o contendo as documentações).

A ordem dos fatores altera, sim, o produto

Geralmente, o barema (em outras palavras, aquela tabelinha que os editais costumam apresentar ora no corpo do edital, ora como anexo editável ou não) vincula a/o concorrente a apresentar os documentos comprobatórios de cada uma das atividades em uma ordem de apresentação predeterminada. Qualquer equívoco no cumprimento dessa ordem acarreta desde a perda de pontos relacionados às atividades desordenadas até a inabilitação da inscrição, em alguns casos. Portanto, **mesmo que a apresentação das atividades no seu Lattes seja outra, atenda estritamente à ordem exigida pelo edital no barema.**

Comprovação dos trabalhos bibliográficos

Como comprovar a publicação de artigos publicados em periódicos científicos, de capítulos de livros ou de artigos/resumos publicados em anais de eventos? Mencionei, no início do texto, para preferir os certificados ou as declarações como recursos comprobatórios primeiros, entretanto a forma de comprovação dessas atividades foge ligeiramente à regra. No caso de artigos publicados em periódicos *on-line*, é preciso apresentar os seguintes registros, na ordem: 1. página inicial da revista; 2. caso não apareça o número do ISSN na página inicial (em alguns *sites*, o número aparece ao final da página), o local da aparição; 3. menção ao artigo no sumário, caso haja; 4) primeira página do artigo.

Em se tratando de capítulos de livros ou artigos/resumos publicados em anais de eventos (alguns seguem estrutura similar aos periódicos *on-line*, devendo valer o passo a passo anterior), devem ser comprovados da seguinte maneira: 1. capa do livro/dos anais; 2. ficha bibliográfica do livro/dos anais, quando houver; 3. menção ao capítulo/artigo/resumo no sumário, caso haja; 4. primeira página do capítulo/artigo/resumo. **Use e abuse da função *Print Screen* do seu teclado para fazer os registros.**

Elabore estratégias para o arquivamento permanente dos documentos comprobatórios

Um estado permanente de organização pode ser menos trabalhoso do que a organização momentânea e imediata da gama de documentos que você irá adquirindo ao longo da trajetória acadêmica. A montagem do arquivo comprobatório do Currículo Lattes acaba aterrorizando muitas/os das concorrentes que aguardam o processo seletivo iniciar para coletar e organizar os certificados, as declarações e demais documentos. São duas as dicas que dou para quem desejar sofrer menos durante esse processo:

1. **Mantenha arquivos físicos e digitais sempre atualizados e à sua disposição.** Quando receber documentos comprobatórios na versão digital, procure imprimi-los e arquivá-los em pastas sanfonadas ou similares. Quando os documentos forem entregues na versão física, use e abuse de *scanners* e aplicativos para escaneamento e faça cópias digitais.
2. **Crie categorias para organização dos documentos nas pastas físicas e digitais.** Quanto a essas últimas, dê preferência à criação em *sites* de hospedagem (as famosas nuvens), pois ficarão disponíveis em qualquer dispositivo e dificilmente serão perdidas. As categorias e a forma de nomear os arquivos podem, mediante determinadas estratégias, deixar os arquivos naturalmente na ordem desejada.

Link do vídeo correspondente parte 1: <https://youtu.be/M6hPY3XgxTU>



Link do vídeo correspondente parte 2: <https://youtu.be/HWWMiTncgWRk>





13

Maria Luiza Rodrigues Dantas

O QUE SÃO POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO?

REQUISITOS
E ORGANIZAÇÃO
DOCUMENTAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.13

INDICAÇÕES DE LEITURA

PEREIRA, F. S.; NETO, I. R. Ações afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil? **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 105 - 127, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13072>. Acesso em: 16 jan. 2023

VENTURINI, Anna Carolina; FERES, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul./set. 2020. DOI 10.1590/198053147491. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dyyljXzMKQCwnbz4DwZCGdK/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Esta parte do *Manual* fugirá um pouco da lógica dos demais capítulos. Neste capítulo, procuraremos explicar o que é a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), abordar a importância do acesso à universidade por meio de ações afirmativas, explicar como funcionam as cotas na pós-Graduação e indicar os caminhos para conseguir o acesso a essa formação a partir delas.

A Lei de Cotas consolidou a reserva de 50% das vagas das universidades e institutos federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas. Ao destinar as vagas para alunos pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência e baixa renda, as cotas buscam diminuir as desigualdades sociais na educação superior.

Para a graduação, o cálculo para a reserva de vagas é feito a partir do percentual de candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Assim, de acordo com a lei, cada universidade e instituição federal deve destinar pelo menos metade das vagas de cada curso superior a esses alunos.

Por isso, no que se refere ao acesso à graduação, as cotas raciais estão dentro do grupo de ex-alunos de escola pública — ou seja, 25% das vagas totais. Dessa forma, as cotas étnico-raciais, que dizem respeito à candidatura de autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas, estão submetidas ao percentual dessas populações no estado onde a instituição de ensino está localizada.

De fato, as cotas foram um marco para a diversidade nas instituições de ensino brasileiras. Entretanto, ao serem inseridos nesse espaço, os estudantes cotistas precisaram lidar com os dilemas da construção da academia brasileira, entre os quais a pouca diversidade no que se refere à composição de docentes das universidades.

Assim, os movimentos sociais, por meio da Associação Nacional de Pós-Graduandos, dedicaram-se a inserir essa pauta enquanto ação urgente para promoção da diversidade no ensino e na pesquisa do Brasil.

Diferentemente do que ocorre com a graduação, não existe nenhuma lei que consolide as cotas na pós-graduação. Por não existir legislação impositiva, as regras variam de curso para curso e alguns deles não possuem nenhum tipo de reserva de vagas. Apesar disso, as ações afirmativas têm crescido no âmbito do mestrado e do doutorado nos últimos anos.

Por não haver uma consolidação da porcentagem do cadastro de reserva, bem como dos requisitos a serem seguidos e documentos a serem apresentados, abordaremos, no próximo tópico, os requisitos e documentos básicos exigidos pela maioria dos programas para que o cotista acesse o mestrado ou doutorado.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

A cota para pretos e pardos, assim como para os indígenas, tem ampla adesão das universidades, principalmente as federais. O principal critério adotado pela lei é a autodeclaração, ou seja, o candidato precisa confirmar sua identidade étnico-racial no ato da inscrição para o mestrado ou doutorado.

Num primeiro momento, o candidato apenas assinará, conforme os termos do edital, a sua identidade negra para conseguir o acesso à vaga enquanto cotista. No entanto, com as crescentes denúncias de fraudes no sistema, muitas instituições dispõem de bancas examinadoras para verificar a veracidade da autodeclaração, sobre a qual trataremos mais à frente, no tópico “Comissão de heteroidentificação”.

Enquanto indígena, a autodeclaração não é suficiente para o acesso à pós-graduação. A maioria dos programas exige, no ato de matrícula, análise documental na qual se demonstre o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (Rani) ou declaração da liderança atestando pertencimento ao povo e/ou comunidade indígena.

Diferentemente do que ocorre com pretos, pardos e indígenas, não existe referência aos povos quilombolas na Lei de Cotas. Assim, não há direções para construção dos requisitos para acesso à pós-graduação. Apesar disso, algumas universidades federais e estaduais buscaram reservar em seus programas vagas para estudantes oriundos de comunidades quilombolas. Em processos seletivos que inserem os povos quilombolas, no edital é exigida a Declaração de Autorreconhecimento, bem como a Declaração de Pertencimento, a qual deverá ser emitida e assinada por autoridade quilombola. Além dessa possibilidade, em determinados processos seletivos é exigido do candidato que a declaração seja assinada por três membros da comunidade.

Na Lei de Cotas, a aplicação se estende às pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla, seja ela visível ou não no ambiente de trabalho. Nesse sentido, a condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de laudo médico e Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Assim como na graduação, os programas de pós-graduação seguem o trajeto da Lei de Cotas para a inserção de pessoas com deficiência. Entretanto, em alguns editais estão sendo aceitos laudos psiquiátricos e, em outros, laudo psicológico, a depender da política de acesso da universidade.

Figura 1 - Mapeamento dos requisitos e documentos

Grupo vulnerável ou minoria social	Autodeclaração	Documentos	Comissão de Heteroidentificação
Pretos e Pardos (negros)	No ato da inscrição	Não existe	Poderá haver entrevistas
Indígenas	No ato da inscrição	Apresentação do Rani (Registro Administrativo de Nascimento de Indígena) ou declaração da liderança indígena atestando seu pertencimento ao povo e/ou comunidade indígena	Poderá haver entrevistas
Quilombolas	No ato da inscrição	Declaração de Pertencimento, emitida e assinada pela autoridade quilombola ou uma declaração assinada por três membros da comunidade	Poderá haver entrevistas
Pessoas com Deficiência (PCD)	Não existe	Laudo médico e Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS. Em alguns casos, laudo psicológico	Não existe

Mães	Não existe	Documento comprobatório de filiação. Na maioria dos casos precisa ser baixa renda	Não existe
LGBTQIA+	No ato da inscrição	Não existe	Não existe
Baixa renda	Não existe	Últimos 3 (três) contracheques; últimas 3 (três) Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) acompanhadas do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e das respectivas notificações de restituição, quando houver; CTPS registrada e atualizada	Não existe
Refugiados	Não existe	Documento expedido pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), devidamente reconhecido pelo governo brasileiro	Não existe
Assentados	Não existe	Habitação em assentamento de reforma agrária e em um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Em alguns casos, precisa ser baixa renda	Não existe

Fonte: dados produzidos pela autora

Como citamos anteriormente, por haver fraudes nos sistemas de cotas no que se refere à autodeclaração de pertencimento étnico-racial, as universidades criaram um procedimento por meio do qual buscam identificá-lo — a “identificação realizada pelo outro”.

Em oposição à autoidentificação (autodeclaração), a heteroidentificação é somada à autodeclaração como um procedimento que consiste na percepção social de outras pessoas (técnicas) para a identificação étnico-racial. Essa etapa é realizada pela Comissão de Heteroidentificação, cujo objetivo é confirmar as características fenotípicas étnico-raciais a partir de uma perspectiva técnica.

Essa etapa pode ou não chegar a você, a depender do programa de pós-graduação, pois cada PPG define o procedimento em edital. Por isso é necessária a compreensão de que a etnia tem relação intrínseca com a identidade de um grupo social. Dessa forma, o conceito de raça é atravessado por características físicas, como as mais contestadas no Brasil: cor da pele, nariz, textura do cabelo e boca.

Essas características serão observadas pela Comissão de Heteroidentificação, que buscará enxergar se elas colocam o/a candidato/a em uma posição de pertencimento identitário com o grupo ao qual diz pertencer. Por isso, os cotistas que passam por esse procedimento são os que, por questões identitárias (culturais ou de origem étnica), buscam o acesso à universidade.

Link do vídeo correspondente: <https://youtu.be/ZT9iZF4QDjg>





14

Fernando da Silva Cardoso

QUAIS SÃO AS OUTRAS ETAPAS DE UM PROCESSO SELETIVO?

**DIÁLOGOS SOBRE PROVA ESCRITA,
ARGUIÇÃO/ENTREVISTA, PROFICIÊNCIA
E POSTURA EM UM CERTAME**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98591.14

INDICAÇÕES DE LEITURAS

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Preparação para o futuro: investir na iniciação científica durante a graduação pode ajudar estudantes a decidir sobre ingresso na pós.

Pesquisa FAPESP, n. 277, mar., 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/preparacao-para-o-futuro/>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CZECZKO, Nicolau Gregori. Mestrado e doutorado: devo fazer? **Arquivos de**

Gastroenterologia, v. 46, n. 1, p. 4, jan. 2009. DOI 10.1590/S0004-28032009000100004.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ag/a/VDKwqjQzP8w7bswLQnXmPXh/?lang=pt#>. Acesso em: 24 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Dez dicas para elaborar bom projeto de pesquisa de mestrado e doutorado. **UFJF Notícias**, Juiz de Fora, 5 maio 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2016/05/05/dez-dicas-para-elaborar-bom-projeto-de-pesquisa-de-mestrado-e-doutorado/>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Certamente, cada capítulo lido e aprofundado até aqui elencou aspectos que, de modo singular, atendem a demandas e expectativas de preparação para o ingresso em um programa de pós-graduação. Assim, neste texto, os elementos levantados assumem um tom de fechamento em relação ao que foi apreendido nas seções anteriores e, particularmente, enquanto um conselho ampliado. São indicações, na medida em que visam delinear pontos eventualmente presentes nas etapas a serem percorridas no certame em si, mas geralmente organizados nos bastidores das seleções de ingresso.

Por isso, é importante considerar que não há um *checklist* pronto e acabado que dê conta de todas as especificidades das etapas delimitadas internamente pelos(as) professores(as) e dispostas nos editais de cada PPG. As comissões responsáveis

pelas seleções (em média, um grupo de três ou quatro pessoas) comandam o processo no todo e dispõem, com o auxílio dos colegiados, os(as) responsáveis pela avaliação em cada momento. No entanto, é um movimento comum não haver mudanças drásticas de um edital para outro.

Eis que, para melhor assimilação dos pontos elencados a seguir, considere: comparar os últimos editais — na intenção de perceber as eventuais mudanças — e estudar as etapas individualmente. Apesar de variarem quanto à ordem/momento que acontecem, as fases que requerem a participação direta dos(as) candidatos(as) nos certames, ou seja, que não envolvem a avaliação técnica do projeto de pesquisa ou o barema do Currículo Lattes, são as seguintes: i. prova escrita; ii. arguição/entrevista; iii. prova de proficiência. A seguir, procurarei abordar as principais nuances que atravessam cada uma delas.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Antes de situar as características das etapas que predominam nas seleções para os programas de pós-graduação, tenha em mente que a postura esperada nessa dinâmica avaliativa não é a mesma que você ouve comumente ser associada a processos de seleção para postos de trabalho. Estas geralmente são regidas por aspectos do campo empresarial-organizacional que em nada se assemelham àquelas que as universidades esperam dos(as) futuros(as) pós-graduandos(as). Desconsidere qualquer indicação que guarde relação com esse campo, pois elas podem, com grande propensão, prejudicar a sua preparação e avaliação.

Prova dissertativa / Prova escrita / Prova de conhecimento

Os nomes elencados acima são usuais para se referir, nos editais, à etapa em que, anonimamente, a partir de uma bibliografia-base indicada previamente ou não, o(a) candidato(a) deve demonstrar a capacidade de dissertar sobre assuntos abordados nas linhas de pesquisa do PPG pretendido. Assim, um aconselhamento que pode poupar um tempo maior de estudos é ter como guia os últimos editais e analisar que obras são contínuas ou mesmo eventuais mudanças de indicação bibliográfica. Não é comum, de um ano para outro, advirem grandes alterações na lista de fontes a serem lidas. Portanto, a leitura prévia garantirá, por exemplo, maior tranquilidade para, de acordo com os prazos da seleção, dedicar-se ao projeto de pesquisa e à organização dos demais documentos.

Para essa etapa, atente que: dificilmente o formato da prova será o de múltipla escolha, em que você é solicitado a reproduzir a literalidade do que foi lido ou é esperado que decore conceitos. Esqueça o formato de respostas randomizadas das avaliações realizadas durante a graduação! Podemos, assim, destacar algumas premissas que tendem a contribuir para um bom desempenho nessa fase.

- a. Tenha em mente os assuntos principais: ao realizar a leitura das obras, procure construir fichamentos que fujam à transcrição. Nas anotações, priorize apreender as categorias temáticas e principais marcadores que perfazem o debate e quem as estabelece. Isso será essencial para que disserte e cite com maior propriedade (e sem reproduzir) os aspectos centrais dos temas.
- b. Mostre vocabulário: jamais ofereça respostas breves. O estilo de provas em questão é composto por perguntas abertas, amplas, que demandarão articulação e criatividade para abordar com propriedade os(as) autores(as) lidos(as) de

maneira ampla e, ainda, por linha de pesquisa; mencionar outros(as) que mantêm relação com a questão e referências listadas/lidas; e demonstrar profundidade teórica acerca do campo que pretende ingressar.

- c.** Faça atenção à escrita: apesar de ser evidente, é de suma importância construir um texto no qual a coesão, coerência e argumentação sejam acompanhadas por uma escrita isenta de erros ortográficos, gramaticais ou marcada por uma linguagem pouco clara ou mesmo não coloquial.

Em linhas gerais, essa etapa geralmente tem peso considerável na nota final no processo seletivo (às vezes, maior que aquele atribuído à avaliação técnica do projeto). É um momento basilar no sentido de evidenciar a preparação para ingressar no PPG com uma avaliação que lhe confira destaque para as demais fases que virão.

Arguição / entrevista / defesa do projeto de pesquisa

Seguramente, é na etapa de diálogo com os(as) docentes — entre eles(as) o(a) orientador(a) que você considerou na elaboração de sua proposta de pesquisa para ingresso no PPG — que são revisitadas, em todos os sentidos, muitas das impressões construídas em outras fases, sobretudo na prova dissertativa e na análise técnica do projeto. Isso quer dizer que os desempenhos positivos nem sempre se confirmam nesse momento e que a obtenção de conceitos medianos pode ser profundamente melhorada com boas entrevistas.

Importante destacar que essa etapa poderá assumir uma dupla perspectiva em termos de atribuição da nota. Eventualmente, a avaliação assumirá combinações como: arguição em torno do projeto de pesquisa, associada a questões relacionadas à trajetória acadêmico-profissional do(a) candidato(a), ou entrevista direcionada à análise de como a proposta de pesquisa apresentada ao programa se insere no percurso do(a) proponente. Passemos, então, à explicação de ambas.

No primeiro caso, a ênfase da entrevista é dividida em dois momentos. Inicialmente, a banca examinadora, a partir das indicações no edital, especificará a forma e os recursos a partir dos quais você deverá expor, brevemente, o plano de investigação submetido e já avaliado em termos técnicos. Atente para o fato de que a exposição deve ser direcionada a ressaltar as potencialidades do projeto a partir de aspectos como: inovação científico-social da proposta; demonstração da coerência do objeto de estudo com as especificidades e temáticas estudadas na linha em que está concorrendo, e pelos(as) pesquisadores(as) que a compõem; e a exequibilidade metodológica e factual do projeto. A leitura prévia das normas do processo seletivo proporcionará, com certeza, maior confiança quanto à possibilidade/necessidade de recursos audiovisuais ou não, acerca dos critérios avaliativos e no que diz respeito ao que se espera de você nessa etapa.

Por outro lado, pondere o fato de que, associado ao momento de exposição de seu futuro plano de trabalho, haverá a indicação de perguntas ligadas à sua trajetória e ao que lhe trouxe até o processo de seleção. Nesses casos, o foco sempre estará em perceber como foi construída a sua aproximação com o objeto de estudo eleito e os temas que o permeiam. Portanto, construa previamente uma linha do tempo que o(a) auxilie, na entrevista, a demonstrar segurança e propriedade.

Também é muito comum, como um segundo tipo de avaliação, a realização da etapa de entrevista nos processos de seleção para programas *stricto sensu*, em que o interesse do PPG se restringe a conhecer, em particular, o(a) candidato(a), sem ênfase para a apresentação oral do projeto de pesquisa. Trata-se de um momento mais aberto à conversa, diferentemente daquele em que há a apresentação formal do projeto. Isso tem representado, em muitos cursos, a possibilidade de, mesmo pontualmente, obter elementos e reforçar a confiança sobre quem aprovar. Quando se deparar com uma seleção que apresente esses termos, releve que

o seu currículo já terá sido, de diversas formas, observado e muitas anotações foram feitas para analisar o seu perfil acadêmico. De tal modo, durante toda a seleção, mantenha o seu Currículo Lattes atualizado, independentemente da fase, pois será fundamental para causar, como um todo, boa impressão.

Nas entrevistas em que a perspectiva avaliativa é centrada no seu perfil e currículo, perguntas comumente feitas abordarão: os objetivos diante do curso almejado; de que forma o PPG contribuirá para a qualificação de suas atividades profissionais e enquanto pesquisador(a); quanto você está disposto(a) a contribuir com as atividades pedagógicas do programa e, sobretudo, como o seu projeto agrega valor ao trabalho de investigação feito na linha de pesquisa e pelo(a) professor(a) que eventualmente lhe orientará. Agregado a isso, perguntas ligadas às condições pessoais, de conciliação do curso com as atividades profissionais, se for o caso, de manutenção na cidade em que o PPG é ofertado e quanto ao financiamento da pesquisa certamente serão feitas.

Sugiro muita atenção para o fato de que, na etapa de arguição/entrevista, de modo genérico, os(as) avaliadores(as) observam e relevam a abertura do(a) candidato(a) para o acolhimento das sugestões feitas, a humildade em assumir eventuais problemas na organização da proposta e, ainda, a maneira como é recebida a indicação feita pelos(as) examinadores(as) quanto à eventual e futura reformulação parcial ou total do projeto submetido. Desse modo, haja de forma a ser perceptível que você não está reproduzindo respostas prontas a esse tipo de indagação e, sobretudo, que a sua postura é harmônica diante do que foi apresentado.

Exame de proficiência / prova de idiomas

O peso agregado nos processos seletivos no que se refere à aptidão em um ou mais idiomas, para além da língua materna

do(a) candidato(a), pode assumir diferentes cenários — se etapa eliminatória ou apenas classificatória, ou no formato de prova dissertativa ou de múltipla escolha; se exame aplicado pelo próprio programa ou se exigida a apresentação de aprovação em provas de idioma externas, aplicadas por institutos ou instituições de ensino indicadas em edital. Novamente, antecipar-se e estudar os editais anteriores é o caminho indicado para se preparar da forma mais adequada e considerar que, em cada edital, as especificidades relacionadas a essa etapa variarão consideravelmente.

Inicialmente, avalie o valor atribuído à prova de idioma, se se trata de uma fase eliminatória ou classificatória. Atualmente, após as necessárias críticas da comunidade acadêmica à dimensão classista e excludente dessa etapa, tornou-se mais comum, nas seleções, a natureza das provas de idioma ser classificatória. Em alguns editais, igualmente, tornou-se recorrente o peso dado à nota adquirida ser agregado ao conceito alcançado a partir do barema do Currículo Lattes ou enquanto critério de desempate.

Com base nos elementos mencionados, internalize com cuidado o formato da prova que será exigido. Muitos programas têm, em suas páginas, bancos de dados que disponibilizam as provas aplicadas em certames anteriores. Do mesmo modo, *sites* especializados têm reunido exemplos variados de avaliações feitas por diferentes institutos; assim, você poderá utilizá-las em sua preparação. No entanto, não realize esse mapeamento de maneira aleatória. É necessário que os modelos reunidos sejam relativos à área do conhecimento na qual inscreverá sua candidatura. Isso decorre do fato de que o que será exigido neste momento do processo seletivo é, simplesmente, a interpretação de um texto em idioma estrangeiro (geralmente, inglês, espanhol, francês ou italiano). Por isso, o vocabulário será bastante específico para cada campo do saber. Não ajudará na preparação, por exemplo, ler textos ligados ao Direito quando você fará um exame de proficiência relativo à Educação.

Sucintamente, você realizará a leitura e interpretação de um texto em idioma estrangeiro, terá acesso a perguntas relacionadas a ele, em português, e as responderá em seu idioma materno. Entenda, assim, que o esperado é que você interprete o conteúdo e só realize a tradução literal do todo ou de passagens do material quando explicitamente solicitado (esse, inclusive, é um dos principais motivos para atribuição de baixos conceitos nessa etapa).

Como mencionado no início desta seção, a dinâmica indicada não é um trajeto uniforme nas seleções, mas pode significar um roteiro adaptável e intuitivo sobre como lidar com cada fase. Considere, em linhas gerais, que todas as sugestões devem ser acompanhadas pelo estudo antecipado da bibliografia, da análise detalhada do edital e da organização cuidadosa dos documentos necessários à validação de sua candidatura. Pondere, como destacamos em todos os demais capítulos deste manual, que concorrer a uma pós-graduação *stricto sensu*, com maior competitividade e segurança, não é uma questão de meritocracia, mas de internalizar e aplicar orientações como as que indicamos aqui, de persistir, com humildade.

Desejamos a todas as pessoas que tenham acesso a esse material, assim como pretendemos com a sua idealização, que possam contribuir, de algum modo, para que mais pessoas acessem a pós-graduação!

Link correspondente ao vídeo: <https://youtu.be/SCzhM7U8v9w>



SOBRE OS ORGANIZADORES

Antonio Lopes de Almeida Neto

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Graduado em Direito pela Universidade de Pernambuco — Campus Arcoverde (2020). Membro do G-Pense!; — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE | CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa "O estado de exceção no Brasil contemporâneo: para uma leitura crítica do argumento de emergência no cenário político-jurídico nacional" (UFMG | CNPq). Integrante do projeto de pesquisa coletivo Filosofia Radical e Teoria Crítica do Direito e do Estado (PPGD/UFMG). Membro da equipe editorial da (Des) troços: revista de pensamento radical. Membro dos projetos de extensão Programa de Apoio e Acompanhamento para Acesso à Pós-Graduação Stricto Sensu (UPE).

Fernando da Silva Cardoso

Doutor em Direito — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Direitos Humanos — Universidade Federal de Pernambuco. Bacharel em Direito — Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Professor adjunto Nível I do curso de Direito (Campus Arcoverde) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (Mestrado Profissional), ambos da Universidade de Pernambuco, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (Mestrado e Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste. Coordenador setorial de Pesquisa e Pós-graduação — UPE Campus Garanhuns. Líder do G-Pense!; — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Pesquisador dos Grupos de Pesquisas sobre Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (UFPE/CNPq), Gênero, Democracia e Direito (PUC-Rio/CNPq) e Narrativas Visuais (UFPE-CAA/CNPq). Membro e Integrante do Comitê Executivo da Red ALAS — Red de Académicos(as) Latinoamericanos en Género, Sexualidad y Derecho, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (Coordenador Seção Pernambuco), Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos (NEPEDH-UFPE) e do Núcleo de Diversidade e Identidades Sociais (NDIS-UPE).

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alex Bruno Feitoza Magalhães

Doutorando em Direito — Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE). Mestre em Direitos Humanos — Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Especialista em Filosofia e Teoria do Direito — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Graduado em Direito — Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UniFavip). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa: Pós-colonialidade e Integração Latino-Americana (FDR-UFPE/CNPq) e Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (G-pense-UPE/CNPq). Integrante do Projeto de Pesquisa: Educação em Direitos Humanos: políticas, currículo e práticas no ensino superior jurídico do Sertão de Pernambuco (Facepe/UPE). Extensionista do Programa de Apoio e Acompanhamento para Acesso à Pós-Graduação Stricto Sensu (Facepe/UPE) e do Papo de Quinta — Ciclo de Debates Insurgentes (G-Pense!; UPE). Colunista do site História da Ditadura (HD). Bolsista Capes.

Antonio Lopes de Almeida Neto

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Graduado em Direito pela Universidade de Pernambuco — Campus Arcoverde (2020). Membro do G-Pense!; — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE | CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa "O estado de exceção no Brasil contemporâneo: para uma leitura crítica do argumento de emergência no cenário político-jurídico nacional" (UFMG | CNPq). Integrante do projeto de pesquisa coletivo Filosofia Radical e Teoria Crítica do Direito e do Estado (PPGD/UFMG). Membro da equipe editorial da (Des) troços: revista de pensamento radical. Membro dos projetos de extensão Programa de Apoio e Acompanhamento para Acesso à Pós-Graduação Stricto Sensu (UPE).

Fernando da Silva Cardoso

Doutor em Direito — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Direitos Humanos — Universidade Federal de Pernambuco. Bacharel em Direito — Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Professor adjunto Nível I do curso de Direito (Campus Arcoverde) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (Mestrado Profissional), ambos da Universidade de Pernambuco, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (Mestrado e Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste. Coordenador setorial de Pesquisa e Pós-graduação — UPE Campus Garanhuns. Líder do G-Pense!; — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Pesquisador dos Grupos de Pesquisas sobre Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (UFPE/CNPq), Gênero, Democracia e Direito (PUC-Rio/CNPq) e Narrativas Visuais (UFPE-CAA/CNPq). Membro e Integrante do Comitê Executivo da Red

ALAS — Red de Académicos(as) Latinoamericanos en Género, Sexualidad y Derecho, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (Coordenador Seção Pernambuco), Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos (NEPEDH-UFPE) e do Núcleo de Diversidade e Identidades Sociais (NDIS-UPE).

Ilzy Gabrielle Soares da Silva

Mestranda em Educação Contemporânea — Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Graduada em Design — Universidade Federal de Pernambuco Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Pesquisadora d'O IMAGINÁRIO — Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE/CNPq) e do Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Extensionista no Programa de Apoio e Acompanhamento para Acesso à Pós-Graduação Stricto Sensu — Pré-Pós Paulo Freire (UPE/Facepe). Bolsista pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Lucas Leon Vieira de Serpa Brandão

Mestrando em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDuc) da Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2023). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco (2021), com período de intercâmbio institucional na Universidade Católica de Pernambuco (2020). Pedagogo pela Universidade Católica de Brasília (2022). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE | CNPq).

Luís Massilon da Silva Filho

Doutorando (Bolsista Capes) e Mestre em Educação Contemporânea Universidade Federal de Pernambuco — Centro Acadêmico do Agreste. Especialista em Psicomotricidade Universidade de Fortaleza. Graduado em Psicologia Universidade de Fortaleza. Integrante d'O Imaginário — Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE/CNPq) e do Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias — G-Pense! (UPE/CNPq). Psicólogo Clínico — psicoterapeuta Breve — Clínica de Psicopedagogia de Arcoverde.

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Doutoranda em Direito — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestra em Direito — Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Pós-graduada em Direitos Humanos: Educação e Ressocialização — Universidade Cândido Mendes (UCAM). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Unifavip). Pesquisadora do G-Pense! — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Pesquisadora da Capes/DAAD: Spheres of Citizenship in Rio de Janeiro and Berlin: Rights, Frontiers, Agencies. Editora Assistente da Revista Direito, Estado e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Maria Luiza Rodrigues Dantas

Mestranda em Direito — Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD-UFRJ). Pós-graduanda em Direito Ambiental — Instituto O Direito Por um Planeta Verde. Graduada em Direito — Universidade de Pernambuco, Campus Arco-verde. Assessora do Ministério Público de Pernambuco (MPPE — PJ Sertânia). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares em Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (UPE/CNPq). Pesquisadora do G-Pense! — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inpodderales — Inovação, Pesquisa e Observação de Direito, Democracia e Representações na América Latina e Eixo Sul (UFRJ/CNPq). Integrante do Programa de Extensão Direitos em Movimento (UPE/PFA). Integrante do programa de extensão Papo de Quinta (UPE). Membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH), onde exerce atividade voluntária de gerenciamento na Secretaria Executiva da Seção Pernambuco. Integrante do Coletivo Kwanzaa.

Maria Rita Barbosa Piancó Pavão

Doutoranda em Educação Contemporânea — Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Mestra em Educação Contemporânea — Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA), com período sanduíche na Facultad de Filosofía y Humanidades da Universidad de Chile. Especialista em Filosofia e Direitos Humanos — Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduada em Pedagogia — Universidade Católica de Brasília (UCB). Bacharela em Direito — Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Unifavip). Integrante do IMAGINÁRIO - Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE/CNPq) e do Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias — G-Pense! (UPE/CNPq). Extensionista no Programa de Apoio e Acompanhamento para Acesso à Pós-Graduação Stricto Sensu — Pre-pós Paulo Freire (UPE/Facepe). Membro associada da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH), vinculada ao Grupo de Trabalho Produção Científica, Técnica e Pedagógica.

Natália de Oliveira Melo

Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Estetipop (Laboratório de pesquisa em estéticas, antropologia e cultura pop/popular). Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas — Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais — Universidade Cândido Mendes. Graduada em Pedagogia — Universidade Federal de Pernambuco. Foi professora Formadora II do curso de Licenciatura em Língua Portuguesa a Distância, pela Universidade Aberta do Brasil / Universidade Federal de Pernambuco. Foi professora substituta na Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (2019-2020). Integrante da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) em Pernambuco. Participa do projeto de extensão O Mapa do Funk na Rocinha.

Roberta Rayza Silva de Mendonça

Doutoranda em Direito — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestra em Direitos Humanos — Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direitos Humanos: Educação e Ressocialização — Universidade Cândido Mendes. Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio São Francisco — UniRios. Membro associada da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH). Coordenadora do Grupo de Estudos María Lugones (UniRios). Coordenadora do Projeto de Extensão Encontros: Ciclo de Debates sobre Direito, Diversidade e Sociedade (UniRios). Pesquisadora do Grupo do Direito, Pragmatismo(s) e Filosofia (Uerj/CNPq). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (UFPE/CNPq). Pesquisadora do G-Pense!; — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Coeditora de Seção da Revista Debates Insubmissos (UFPE/CAA). Extensionista do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina.

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

Doutora em Filosofia — Universidade Federal da Paraíba (2011). Mestra em Filosofia — Universidade Federal da Paraíba (2007). Especialista em História da Filosofia pela Faculdade do Vale do Ipojuca e pela Sociedade de Filosofia da Paraíba (2005). Graduada em Direito — Faculdade de Direito de Caruaru (1997). Coordenadora do grupo de pesquisa Incertae, sobre a obra de Hannah Arendt (2016-Atual). Pesquisadora sobre relações de gênero no Quilombo Novo Mundo em Buíque-Pernambuco (2018-2021). Membro do G-Pense! — Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividade e Novas Epistemologias (Atual), como vice-líder, participante do grupo de pesquisa Prisma! — Laboratório de Prática e Inovações em Saúde Mental e membro do Lacs — Laboratório de Estudos em Ação Clínica e Saúde.

Rita di Cássia de Oliveira Angelo

Doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2014). Mestre em Anatomia Patológica pela UFPE (2004). Especialista em Morfologia Humana pela UFPE (1999) e Graduada em Fisioterapia pela UFPE (1997). Atualmente é professora adjunta no Colegiado de Medicina da Universidade de Pernambuco (UPE) — Campus Serra Talhada; membro permanente no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi) da Universidade de Pernambuco (UPE) — Campus Petrolina, atuando na linha de pesquisa "Educação, meio ambiente e saúde"; membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS), atuando na linha de pesquisa "Estudos interdisciplinares aplicados à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças". Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Neurociências — Gepin. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisas Multicampi Garanhuns da Universidade de Pernambuco.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABNT 11, 51, 53, 54, 55, 57, 59, 61
ações afirmativas 125
análise do discurso 11, 88, 89, 90, 93, 94, 95
aprendizagem 107, 108, 113
aulas 10, 11

C

ciência nascente 19
ciências da natureza 19, 22
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 8, 10, 42, 56, 57, 73
conhecimento 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 30, 34, 36, 38, 42, 46,
100, 119, 134, 138
conhecimento verdadeiro 18
cotas 125, 126, 129
crenças 19

D

deficiência 125, 128
democratização 12, 23
diversidade 17, 59, 126
doutorado 8, 11, 27, 28, 38, 41, 45, 60, 65, 71, 97, 116, 119, 126, 127, 132

E

educação 9, 47, 48, 65, 66, 67, 92, 125
ensino superior 8, 9, 10, 37, 101, 116, 119, 120, 125, 141
epistemologia 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24
ética 19, 70, 97, 100, 101, 102, 103
experiência 11, 40, 52, 107, 109, 111, 112, 113

F

filosofia 18, 19, 21, 22
filosofia clássica 19, 21

G

graduação 8, 9, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 37, 41, 46, 65, 69, 116,
117, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133,
134, 139, 140, 141

I

inclusão 117, 120
índigenas 10, 74, 75, 76, 80, 81, 98, 103, 125, 126, 127

L

laudo médico 128
Lei de Cotas 125, 127, 128

M

mestrado 8, 11, 27, 28, 36, 38, 41, 45, 60, 63, 65, 71, 97, 101, 116,
119, 126, 127, 132
metodologia 10, 11, 36, 40, 44, 50, 54, 63, 64, 66, 69, 72, 73, 78,
81, 82, 84, 89, 93, 99, 100, 102
métodos de pesquisa 77
mitos 19

O

objeto de estudo 31, 33, 41, 63, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 136
ontologia 19
opinião 18, 19, 22

P

pardos 125, 126, 127
pensamento filosófico 18
pensamento grego 19
pensamento racional 19
pesquisa científica 10, 11, 36, 38, 46, 51, 53, 60, 96, 98
pós-graduação 11, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 37, 41, 46, 65, 69,
116, 117, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 139
povos quilombolas 127

pretos 125, 126, 127

R

referências 54, 56, 60, 61, 64, 66, 70, 71, 102, 107, 109, 135

rigor epistemológico 19

S

senso comum 19, 22, 24, 42

stricto sensu 27, 28, 29, 30, 32, 34, 37, 41, 136, 139

T

tema de pesquisa 36, 66, 73, 74

teorias do conhecimento 19, 20

trabalho científico 54, 56

tratamento dos dados 81

U

universidade 8, 11, 12, 28, 33, 36, 37, 42, 44, 56, 125, 128, 130

universo acadêmico 38

V

verdade 18, 19, 22, 23, 76

videoaulas 11

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

MANUAL PREPARATÓRIO PARA SELEÇÕES DE MESTRADO E DOUTORADO

um guia metodológico destinado
às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

UPE
UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

 **pimenta
cultural**